

EDUCAÇÃO: O PERFIL E A AGENDA PRIVATISTA DO CONGRESSO NACIONAL LEGISLATURA 2015-2019



EDUCAÇÃO: O PERFIL E A AGENDA PRIVATISTA DO CONGRESSO NACIONAL LEGISLATURA 2015-2019



DIREÇÃO EXECUTIVA DA CNTE (GESTÃO 2017/2021)

Presidente

Heleno Araújo Filho (SINTEPE/PE)

Vice-Presidente

Marlei Fernandes (APP/PR)

Secretária de Finanças

Rosilene Corrêa Lima (SINPRO/DF)

Secretária Geral

Fátima Aparecida da Silva (FETEMS/MS)

Secretário de Relações Internacionais

Roberto Leão (APEOESP/SP)

Secretário de Assuntos Educacionais

Gilmar Soares (SINTEP/MT)

Secretário de Imprensa e Divulgação

Luiz Carlos Vieira (SINTE/SC)

Secretário de Política Sindical

Rui Oliveira (APLB/BA)

Secretária de Formação

Marta Vanelli (SINTE/SC)

Secretária de Organização

Beatriz Cerqueira (SIND-UTE/MG)

Secretária de Políticas Sociais

Ivonete Almeida (SINTESE/SE)

Secretária de Relações de Gênero

Isis Tavares (SINTEAM/AM)

Secretária de Aposentados e Assuntos Previdenciários

Selene Michielin (CPERS/RS)

Secretário de Assuntos Jurídicos e Legislativos

Gabriel Pereira Cruz (SINPRO/DF)

Secretária de Saúde dos Trabalhadores em Educação

Francisca da Rocha (APEOESP/SP)

Secretário de Assuntos Municipais

Cleiton da Silva (SINPEEM/SP)

Secretário de Direitos Humanos

José Christovam Filho (SINDIUPES/ES)

Secretário de Funcionários da Educação

José Carlos do Prado (AFUSE/SP)

Secretária de Combate ao Racismo

Iêda Leal (SINTEGO/GO)

SECRETARIA EXECUTIVA

Ana Cristina Guilherme (SINDIUTE/CE)

Berenice D'Arc Jacinto (SINPRO/DF)

Cândida Beatriz Rossetto (CPERS/RS)

Edmilson Camargos (SAE/DF)

Girleene Lázaro da Silva (SINTEAL/AL)

Joaquim Juscelino Linhares (APEOC/CE)

José Valdivino de Moraes (APP/PR)

Luiz Carlos Paixão (APP/PR)

Manoel Rodrigues (SINTERO/RO)

Odeni de Jesus da Silva (SINTE/PI)

Raimundo Oliveira (SINPROSEMMA/MA)

Rosana Souza do Nascimento (SINTEAC/AC)

Coordenador do Despe

Mario Sergio Ferreira de Souza (PR)

Coordenador do Coletivo da Juventude

Carlos Alberto Pires Guimarães (SP)

DIRETORIA EXECUTIVA ADJUNTA

Alessandro Souza Carvalho (APEOC/CE)

Antônio Lisboa Amancio Vale (SINPRO/DF)

Carlos de Lima Furtado (SINETET/TO)

Dóris Regina Nogueira (SINTERG/RS)

Jonaldo Tomaz (SINTE/RN)

Marco Antônio Soares (APEOESP/SP)

Maria Marleide Matias (SINTE/RN)

Marilda de Abreu Aratijo (SIND-UTE/MG)

Marilene dos Santos Betros (APLB/BA)

Nelson Galvão (SINPEEM/SP)

Odiasséia Carvalho (OPOSIÇÃO SEPE/RJ)

Valéria Conceição da Silva (SINTEPE/PE)

Veroni Salete Del Ré (APP/PR)

CONSELHO FISCAL - TITULAR

Antônia Benedita Costa (SINPROSEMMA/MA)

Edson Rodrigues Garcia (CPERS/RS)

Ivaneia de Souza Alves (OPOSIÇÃO SINSEPEAP/AP)

José Teixeira da Silva (SINTE/RN)

Ornildo Roberto de Souza (SINTER/RR)

CONSELHO FISCAL - SUPLENTE

Edivaldo Faustino da Costa (SINTEP/PB)

Fábio Henrique Matos (SINTE/PI)

Francisca Ribeiro da Silva (SINTE/PI)

Educação - O perfil e a agenda privatista do Congresso Nacional: legislatura 2015-2019

Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap)

Coordenação

Maria Lúcia de Santana Braga

Equipe

André Santos

Alice Coutinho Alves

Gabriela Braga Gerin

Iva Cristina Pereira de Sant'Ana

Rossana Rolim Rosa

Brasília, junho de 2017.

CNTE

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

© 2017 CNTE

Qualquer parte desta revista pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - Diap

Supervisão

Antônio Augusto de Queiroz

Coordenação

Maria Lúcia de Santana Braga

Assessoria Parlamentar

André Santos (Assessor parlamentar)

Iva Cristina Pereira de Sant'Ana (Assessora parlamentar)

Estatística

Gabriela Braga Gerin

Assistente de Pesquisa

Alice Coutinho Alves

Rossana Rolim Rosa

Ilustração de capa

Paulo Rocker

Editoração

Frisson Comunicação

E24 Educação: o perfil e a agenda privatista do Congresso Nacional: Legislatura 2015-2019 / Coordenação Maria Lúcia de Santana Braga. -- Brasília, DF : Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar : Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2017.

92 p. : gráfs. , tabs.

ISBN

1. Congresso Nacional, Brasil. 2. Perfil parlamentar. 3. Agenda privatista, pesquisa. 4. Bancada da educação, composição. 5. Privatização da educação. 6. Financiamento privado de campanha. I. Título. II. Braga, Maria Lúcia de Santana. III. DIAP. IV. CNTE.

CDU: 37-027.551: 328(81)

Sumário

Apresentação da CNTE / 7

Apresentação / 9

1. Perfil da Bancada da Educação no Congresso Nacional / 10

- 1.1 Metodologia de pesquisa: aproximações e definições da Bancada da Educação no Congresso Nacional / **10**
- 1.2 Sociedade, Educação e Parlamento / **12**
- 1.3 A Bancada da Educação na Câmara dos Deputados / **15**
- 1.4 A Bancada da Educação no Senado Federal / **23**

2. O perfil do financiamento de campanha da Bancada da Educação / 28

- 2.1 Câmara dos Deputados / **30**
- 2.2 Senado Federal / **40**

3. Agenda de interesses: o público e o privado na educação brasileira / 48

- 3.1 Temas e Matérias em debate na educação: o Pronatec, o PNE e a Educação Superior / **49**
- 3.2 Processo decisório e comportamento político da Bancada da Educação: resultados de pesquisa com deputados e senadores / **63**

4. Considerações Finais / 81

5. Referências / 83

6. Anexos / 84

- 6.1 Composição da Bancada da Educação (Câmara dos Deputados e Senado Federal) / **84**
- 6.2 Questionário aplicado no Congresso Nacional / **90**

Apresentação da CNTE

O processo de privatização instalado no Brasil e no mundo, o qual abarca fortemente a educação, está no rol das principais preocupações da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e da Internacional da Educação (IE), entidade à qual a CNTE é filiada. E o avanço das políticas de privatização e mercantilização da educação pública passa, dessa forma, a ser uma importante pauta do movimento sindical internacional, cabendo à IE organizar um levantamento mundial acerca dessa temática por meio de suas quase 400 entidades filiadas em 170 países e territórios no mundo inteiro.

No âmbito da Resposta Mundial pretendida pela IE, a CNTE, na condição de entidade que representa mais de 4,5 milhões de educadores/as do Brasil, firmou uma parceria com o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) para a realização de um levantamento no Congresso Nacional sobre o tema educacional.

A pesquisa buscou mapear e identificar os deputados e senadores que têm a temática da educação entre as suas prioridades, no exercício do mandato, tendo como referência a Legislatura 2015/2019, a partir do tipo de interesse que representam diante da educação pública ou privada.

Além do perfil da Bancada da Educação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, que inclui dados sobre a atuação parlamentar (pronunciamentos, projetos, emendas, relatórios e votações), a pesquisa analisa os financiadores empresariais de campanha nas últimas eleições e a posição de deputados e senadores sobre vários pontos, a partir de questionário aplicado aos parlamentares.

A pesquisa ouviu os parlamentares sobre assuntos como o modelo mais eficaz de educação para o País, a destinação de recursos públicos para a área de educação, o melhor modelo de educação superior para o Brasil, a prioridade da Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação e os meios para ampliar o acesso de estudantes às universidades.

A Bancada da Educação identificada é, portanto, uma bancada atuante e possui uma agenda diversa e ampliada, com articuladores e formuladores, que atuam em um espectro político e ideológico bastante amplo, com prioridade para os fóruns institucionais, como as Comissões de Educação da Câmara e do Senado e as Frentes Parlamentares da Educação e da Implantação do Plano Nacional de Educação (PNE).

Os resultados são significativos e mostram a face atual da educação no Parlamento Brasileiro, os interesses, as agendas e os formuladores significativos que atuam nas duas Casas Legislativas.

Por outro lado, a pesquisa dialoga com este momento do País.

O impeachment da Presidenta Dilma Rousseff – eleita democraticamente e afastada de seu cargo sem que tivesse cometido crime de responsabilidade –, sob o comando de um gângster que, à época, presidia a Câmara dos Deputados e que hoje está preso pelo

cometimento reiterado de inúmeros crimes, entre corrupção passiva, recebimento de vantagem indevida e evasão fraudulenta de divisas, desnuda a desqualificação e os interesses obscuros de nossos representantes legislativos.

O golpe parlamentar/jurídico/midiático de 2016 abriu as portas para ataques sistêmicos à “coisa pública” por políticos que abandonam os princípios da representatividade coletiva para atuar em favor de si próprios, de seus negócios e de seus financiadores, ratificando a histórica concepção patrimonialista de Estado no Brasil.

Ao lado da corrupção e da usurpação de direitos sociais, predomina no atual comando da República a visão ultraliberal de Estado, que age a passos largos para retirar direitos da população e para entregar nossas riquezas às multinacionais, numa sanha privatista que encontra eco justamente nos interesses de um governo ilegítimo e igualmente entreguista.

O brutal encolhimento das bancadas sindical, social e do meio ambiente no Congresso abriu espaço para representações liberais e conservadoras, entre as quais se destacam as ditas BBBB (bala, bola, boi e bíblia), a empresarial, a de profissionais liberais e a ligada ao setor financeiro. Juntas, essas bancadas parlamentares detêm mais de 3/5 da composição do Congresso Nacional brasileiro, facilitando toda e qualquer alteração da Constituição sob o enfoque particular de seus interesses.

Somente o esforço da sociedade civil organizada, no sentido de conscientizar a população sobre as consequências do voto na composição do Legislativo, poderá mudar a correlação de forças que temos atualmente no Congresso brasileiro. No entanto, isso feito de forma isolada é quase uma ação inócua, devendo ser empreendido de forma concomitante a uma proposição de Reforma Política, que supere os atuais gargalos de representação parlamentar no Brasil. Só assim, poderemos reagir com a eleição de mais mulheres, mais professores/as, mais trabalhadores/as ligados às classes populares e de entidades que lutam por justiça social. Do contrário, veremos recrudescer o analfabetismo, a desassistência básica à maioria da população, a violência e outras chagas sociais que vivem a assombrar o País.

Cabe aqui um desafio a todos os que querem mudar a atual realidade do Brasil: voltar-se para as bases, junto às populações mais pobres e vulneráveis, junto aos trabalhadores, nos locais de trabalho, nas igrejas, nas associações. Só assim será possível orientar com clareza a população acerca das consequências de seu voto.

Talvez seja hora de retomar uma importante campanha em que a CNTE foi protagonista na década de 1990. Ela se intitula VOTO NÃO TEM PREÇO. VOTO TEM CONSEQUÊNCIA!

Podemos acrescentar mais adjetivações, como SEU VOTO PODE REAFIRMAR OU NEGAR DIREITOS! PENSE BEM EM QUEM VAI VOTAR!

Diretoria Executiva da CNTE

Apresentação

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) realizaram no segundo semestre de 2015 uma ampla pesquisa com o objetivo de conhecer a atuação e o comportamento político e parlamentar da Bancada da Educação no Congresso Nacional.

A pesquisa teve assim o objetivo de mapear e identificar os deputados e senadores que têm a temática da educação entre as suas prioridades, no exercício do mandato, tendo como referência a Legislatura 2015/2019, a partir do tipo de interesse que representam no tocante à educação pública ou privada.

Além do perfil da Bancada da Educação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, que inclui dados sobre a atuação parlamentar (pronunciamentos, projetos, emendas, relatórios e votações), a presente pesquisa analisa os financiadores empresariais de campanha nas últimas eleições e a posição de deputados e senadores sobre vários pontos, a partir de questionário aplicado aos parlamentares

A pesquisa ouviu os parlamentares sobre assuntos como o modelo mais eficaz de educação para o país, a destinação de recursos públicos para área de educação, o melhor modelo de educação superior para o Brasil, a prioridade da Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação e os meios para ampliar o acesso de estudantes nas universidades.

A Bancada da Educação identificada é, portanto, uma bancada atuante e possui um agenda diversa e ampliada, com articuladores e formuladores que atuam em um espectro político e ideológico bastante amplo, com prioridade para os fóruns institucionais como as Comissões de Educação da Câmara e do Senado e as Frentes Parlamentares da Educação e da Implantação do PNE.

Enfim, os resultados são significativos e mostram uma face atual da educação no Parlamento Brasileiro, os interesses, as agendas e os formuladores significativos que atuam nas duas Casas Legislativas.

1. Perfil da Bancada da Educação no Congresso Nacional

O objetivo primeiro do trabalho foi realizar estudo destinado a mapear e identificar os deputados e senadores que têm a temática da educação entre as suas prioridades, no exercício do mandato, tendo como referência a Legislatura 2015/2019, a partir da classificação pelo tipo de interesse que representam: público, privado lucrativo, privado não lucrativo (comunitários e filantrópicos).

Os parlamentares foram identificados segundo os campos políticos (partido e sua posição ideológica), região, estado, ocupação profissional de acordo com o registro da candidatura realizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sexo e cor/raça. Além disso, os parlamentares foram classificados de acordo com sua atuação na Bancada da Educação e a área de interesse prioritário.

No entanto, devido à complexidade do estudo e às dificuldades encontradas durante a coleta de dados no Congresso Nacional, foi necessário rever o percurso metodológico e as estratégias selecionadas, aspectos detalhados no tópico a seguir.

1.1 Metodologia de pesquisa: aproximações e definições da Bancada da Educação no Congresso Nacional

Na proposta original da pesquisa, destacou-se que a complexidade do tema determinava a utilização de métodos quantitativos e qualitativos. Além da coleta de dados primários sobre a Bancada da Educação presentes nas bases de dados da Câmara dos Deputados e Senado Federal, o Diap teve que levar em conta dados e informações oriundas de entrevistas.

As entrevistas foram realizadas com diversos parlamentares, assessores de bancada e consultores das Casas Legislativas, com fim de aprofundar e complementar os dados inicialmente levantados¹.

Na análise documental, com o levantamento de proposições apresentadas na atual Legislatura (2015-2019) sobre o tema educação (projetos apresentados e relatados, emendas, requerimentos, pronunciamentos e votações nominais), deparou-se com várias dificuldades. De início, conforme previsto, foi feita a tentativa de definir uma amostra

¹ No período entre junho e agosto de 2015, o Diap entrevistou parlamentares, assessores de bancada, de comissões e consultores da Câmara e do Senado, que auxiliaram e informaram sobre a atuação parlamentar da Bancada da Educação em comissões e plenário.

necessária de documentos que permitisse conhecer e analisar com detalhe a atuação e comportamento parlamentar nos temas de interesse da área de educação, a exemplo, das alterações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Plano Nacional de Educação (PNE), os programas Pronatec, Prouni e o FIES, além de propostas referentes à criação do Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior - INSAES e a destinação dos recursos do pré-sal. Foram encontradas poucas proposições significativas, o que dificultou sobremaneira o alcance do objetivo do estudo nesse aspecto².

O Diap também propôs a análise de outros bancos de dados para refinar a pesquisa e mapear os atores-chave no processo decisório e na definição da agenda parlamentar, como os doadores ou financiadores de campanha dos parlamentares, conforme organizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nas eleições de 2014 para deputados e eleições de 2014 e 2010 para os senadores, e também as posições ocupadas nas estruturas partidárias e nas frentes parlamentares e bancadas informais, bem como os posicionamentos adotados em votações significativas no âmbito do tema educação.

Com objetivo de traçar o perfil e a agenda de interesses da nova bancada da Educação no Congresso Nacional, a pesquisa teve como base a nova legislatura (2015-2019), porém os debates de propostas de relevância que passaram pelas Casas legislativas na legislatura anterior (2011-2015), a exemplo do Plano Nacional de Educação (PNE), foram consideradas para efeito de avaliação dos parlamentares reeleitos.

Entretanto, a possibilidade de analisar de forma quantitativa e qualitativa as proposições apresentadas, discutir os principais temas e projetos da Bancada da Educação e delimitar os atores-chave na definição da agenda da educação pública ou na defesa dos interesses privados no Congresso Nacional esbarrou em alguns problemas na definição da composição da bancada, seus principais interesses e principais articuladores e lideranças.

Nesse sentido, de forma metodológica, com fim de solucionar os problemas detectados, foram definidos alguns passos, ou melhor, um roteiro de investigação. O primeiro passo necessário para definir a Bancada da Educação no Congresso Nacional levou em conta os fóruns institucionais de debate e deliberação sobre a temática, quais sejam, as comissões permanentes de Educação da Câmara e do Senado, bem como as frentes parlamentares atuantes no Congresso – a Frente Parlamentar Mista da Educação e a Frente Parlamentar em defesa da implantação do Plano Nacional de Educação (PNE).

Nesses espaços, dezenas de deputados e senadores transitam, debatem e definem a educação no âmbito legislativo. Muitos deles tiveram suas carreiras e trajetórias ligadas diretamente ao campo da educação, sejam como trabalhadores na área, sejam como empresários, com fortes vínculos econômicos diretos e indiretos.

O segundo passo para aprofundar e conhecer com detalhe esses vínculos considerou a doação ou o financiamento empresarial de campanha ocorrido nas eleições

2 O período do levantamento foi definido de 01/02/2015 à 17/07/2015, início do recesso parlamentar de julho.

de 2014, no caso dos deputados, e nas eleições de 2014 e 2010, no caso dos senadores. Embora o setor econômico da educação não seja um financiador expressivo ou, melhor, um *big donor*, na acepção estudada pelo pesquisador Rodrigo Dolandeli Santos (2011), as doações ocorridas sinalizam para o tipo de vínculo estabelecido pelos grupos empresariais da educação em relação ao perfil parlamentar escolhido. Mais à frente, o debate sobre o financiamento empresarial de campanha no sentido mais geral, como também o financiamento dos grupos educacionais, será retomado e aprofundado.

O terceiro passo consistiu no mapeamento das proposições significativas na atuação parlamentar. Tal como afirmado anteriormente, os resultados não foram significativos, o que levou o Diap a considerar e estruturar uma pesquisa direta junto aos parlamentares membros das Comissões de Educação das duas Casas e das Frentes Parlamentares. O questionário foi aplicado para conhecer a opinião de deputados e senadores sobre temas da educação, tendo iniciado o levantamento no segundo semestre de 2015, com o fim do recesso parlamentar³.

1.2 Sociedade, Educação e Parlamento

Quais são os critérios que podem ser utilizados para definir a composição da Bancada da Educação no Congresso Nacional? Quem são os seus principais articuladores e formuladores? Qual é a sua agenda de atuação?

A educação é um tema sempre recorrente na agenda do Congresso Nacional e do país e, de forma geral, motiva e envolve muitos atores e instituições. Nesse mesmo sentido, é um tema caro nos debates sociológicos e políticos há décadas, pois trata da definição dos caminhos necessários para o alcance da igualdade e da justiça social no país. Por exemplo, em discurso proferido na Assembleia Nacional Constituinte, o deputado Florestan Fernandes destacava a necessidade premente do Parlamento de tratar a educação como um problema social de inacreditável gravidade, pois conforme dados do Censo de 1980 o número de pessoas analfabetas era ainda de 34%⁴.

Naquele momento, Florestan Fernandes também lembrou que uma das prioridades era a garantia de igualdade de oportunidades educacionais, pois desta forma seria possível democratizar o acesso à educação e incluir a “grande massa pobre da população” à cultura cívica, à cidadania e à participação política.

3 A pesquisa foi feita entre os meses de agosto a outubro de 2015 na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

4 Conferir Florestan Fernandes. *O Processo Constituinte. Assembleia Nacional Constituinte 1987-1988*. Câmara dos Deputados, Brasília, 1988, pp.26-33.

Portanto, a educação como o mais grave dilema social brasileiro era uma constante e permanece ainda como uma preocupação. Da mesma forma, as soluções para resolver esse dilema ainda transitam entre aqueles mais próximos do espírito progressista e outros que se aproximam do espírito conservador.

Na composição recente do Congresso Nacional brasileiro e os posicionamentos em relação à educação, vamos tratar desses dilemas e das soluções propostas. Os grandes fóruns que debatem e deliberam sobre a educação no Parlamento brasileiro são as comissões de Educação da Câmara e do Senado e as frentes parlamentares mistas da Educação e em Defesa da Implantação do Plano Nacional de Educação (PNE), além dos plenários das duas Casas.

As comissões técnicas permanentes têm papel decisivo na apreciação de matérias de sua competência com poder conclusivo ou terminativo, definido a partir da Constituição de 1988, além de analisar as demais proposições de caráter não terminativo. Dessa forma, as comissões técnicas são consideradas instâncias principais de atuação dos parlamentares na apreciação, aprovação ou rejeição de determinada matéria⁵. Previstas na estrutura institucional do Congresso Nacional, a Comissão de Educação da Câmara é constituída por 84 parlamentares, sendo 42 titulares e 42 suplentes⁶. Já a Comissão de Educação e Cultura do Senado é composta por 27 titulares e 27 suplentes⁷.

Já as bancadas suprapartidárias, informais e as frentes parlamentares têm outro estatuto no Parlamento. Trata-se de um fenômeno relativamente antigo no Congresso brasileiro, presente pelo menos desde segunda metade da década de 1980, com a constituição

-
- 5 O diretor do Diap e jornalista Antônio Augusto de Queiroz, no livro *Por dentro do processo decisório: como se fazem as leis*, destaca que “Em regra, a matéria rejeitada nas comissões, ainda que haja possibilidade de recurso ao Plenário, tem chances muito reduzidas de ser aprovada no Plenário” (p.44). Conferir para o detalhamento do processo de funcionamento das comissões técnicas e das demais instâncias esse guia sobre o Congresso Nacional, publicado em 2006, pelo Diap.
 - 6 Conferir no seguinte link as atribuições da Comissão de Educação da Câmara: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/conheca/index.html>>. Acesso em 28/09/2015.
 - 7 Conferir aqui as atribuições da Comissão de Educação e Cultura do Senado: <<http://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?11-1-1LinkListener-panelMembrosComissao-lnkAtribuicoesComissao&codcol=47>> . Acesso em 28/09/2015.

e a atuação de grupos de pressão no Brasil⁸. A partir de 2005, houve a previsão de registro das frentes parlamentares na Câmara dos Deputados⁹.

Fruto em parte da fragmentação partidária e política, em geral, as bancadas suprapartidárias ou informais reúnem deputados de diferentes legendas, que podem no âmbito dos seus partidos coordenarem determinadas votações ou influenciar seus pares de acordo com o interesse da bancada “informal” a qual compõe e representa.

A diferença essencial entre a representação partidária e as bancadas suprapartidárias ou informais está justamente na formalidade do partido que, por meio da legenda e de um programa partidário, elege representantes para os Poderes Executivo e Legislativo. Os partidos, como agremiações de direito privado que respeitam uma legislação, surgiram no século XVIII com finalidade de organizar grupos com o mesmo ideal.

Em análise feita no segundo semestre de 2014, sobre a composição da nova legislatura, Antônio Augusto de Queiroz chama a atenção para a influência das bancadas informais em determinados temas, tendo em vista a fragmentação partidária e a dificuldade de construir determinados consensos. Queiroz lembra que “a tendência é que as bancadas suprapartidárias, com coordenação e temas bem definidos, exerçam influência na definição da agenda do Poder Legislativo”.

No entanto, Queiroz também destaca que:

“Entre as bancadas com maior número de parlamentares com vínculo direto e formal com o setor, as recordistas são a empresarial e a ruralista. Estas, assim como a sindical, a feminina, a evangélica e de policiais/segurança, são as autênticas. As demais, como saúde, educação, transporte etc costumam ser apenas formais, ou seja não têm o mesmo nível de comprometimento e envolvimento direto com as causas que defendem ou patrocinam. As de saúde e educação, por exemplo, só se entendem quanto ao aumento do investimento em educação, dividindo-se quanto à destinação desses recursos em três segmentos: o privado, o filantrópico e o estatal.”¹⁰

8 Durante o processo de elaboração da Carta Constitucional de 1988, essas organizações já existiam, porém sem o nível de organização e a quantidade existente nos dias atuais.

9 A definição de frente parlamentar é “a associação suprapartidária de pelo menos um terço de membros do Poder Legislativo Federal, destinada a promover o aprimoramento da legislação federal sobre determinado setor da sociedade”. Além do número mínimo de assinaturas, o Ato definiu que as Frentes devem ter estatutos e seus coordenadores serão os responsáveis perante a Mesa Diretora da Casa. Com a formalização, as frentes ficam autorizadas a utilizar os espaços da Casa para a realização de reuniões, seminários, entre outras atividades. Apesar do Ato em busca da formalização das Frentes Parlamentares, nem todas as “Bancadas Informais” são registradas na Mesa da Casa, nem recebem a denominação de Frente Parlamentar, mas sua influência no processo decisório é reconhecida. Conferir o Ato da Mesa da Câmara dos Deputados nº 69 de 10/11/2005: <<http://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2005/atodamesa-69-10-novembro-2005-539350-publicacaooriginal-37793-cd.html>>. Acesso em 28/09/2015.

10 Conferir o artigo “A influência das bancadas informais no processo decisório”, de Antônio Augusto de Queiroz, publicado na página do Diap em 27/10/2014: <http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=24563:a-influencia-das-bancadas-informais-no-processo-decisorio&catid=46:artigos&Itemid=207>. Acesso em 30/09/2015.

No caso da educação, esses dilemas e ambiguidades na definição de uma pauta comum estão presentes na atuação dos parlamentares. De imediato, interessa ao estudo destacar que o processo de definição da composição das bancadas informais e das frentes parlamentares é complexo e leva em consideração diversas variáveis. Na situação da Bancada da Educação, é importante lembrar que o interesse central é mapear a agenda mais significativa e os parlamentares mais atuantes.

Atualmente, o Congresso Nacional tem 175 frentes parlamentares formalmente constituídas. Duas frentes parlamentares foram selecionadas como as mais relevantes para o estudo: a Frente Parlamentar Mista da Educação e a Frente Parlamentar em Defesa da Implantação do PNE¹¹.

A Frente Parlamentar Mista da Educação é composta por 249 deputados e três senadores. Coordenada pelo deputado Alex Canziani (PTB/PR), a Frente visa ampliar os recursos destinados ao ensino público, a divulgação da educação e o debate e o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas para o setor. Coordenada pelo deputado Pedro Uczai (PT/PR), a Frente Parlamentar em Defesa da Implantação do PNE é composta por 217 deputados e tem como objetivo mobilizar a Câmara para acompanhar a implementação do Plano Nacional, Planos Estaduais e Planos Municipais de Educação.

Como se percebe, as duas frentes parlamentares são compostas por praticamente metade da Câmara dos Deputados, com parlamentares de diferentes inserções ideológicas e partidárias. De fato, a pauta comum da educação pode congrega essa diversidade parlamentar, mas, em um segundo momento, essa mesma pauta poderá ter diferentes desdobramentos e significados conforme o comportamento político e a atuação parlamentar.

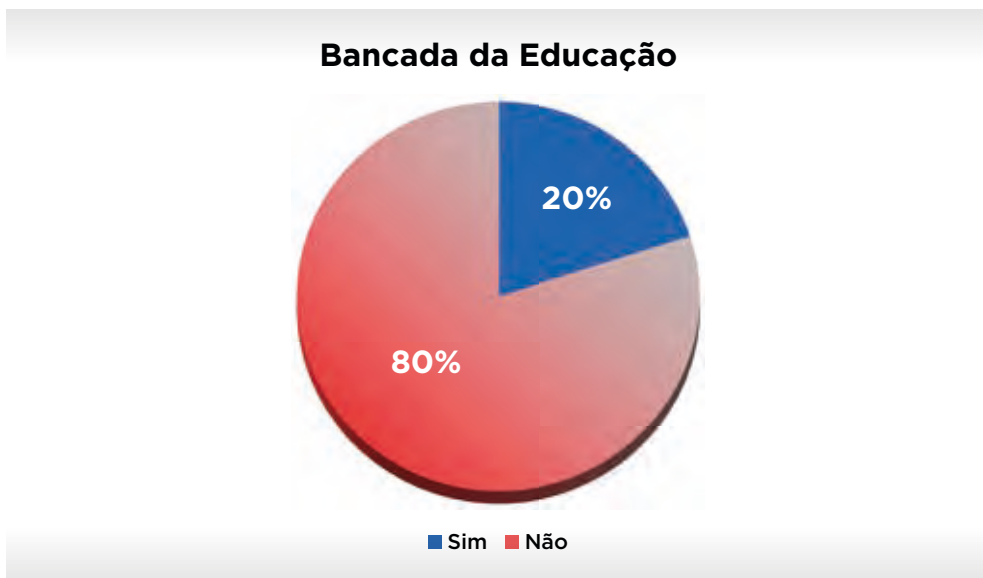
1.3 A Bancada da Educação na Câmara dos Deputados

Após o relato sobre o caminho percorrido para a definição da Bancada da Educação, trataremos em primeiro lugar do perfil da bancada como um todo.

Portanto, considerando os critérios de pertencimento e de participação nos fóruns institucionais e o financiamento empresarial nas eleições de 2014, os membros da Bancada da Educação na Câmara dos Deputados são ao todo 109 deputados, isto é,

11 Em 20 de agosto de 2015, foi criada uma nova Frente Parlamentar Mista em Defesa da Qualidade da Educação Brasileira, coordenada pelo dep. Aureo (SD/RJ), composta por 219 deputados e 19 senadores, que tem como objetivo acompanhar e fiscalizar os programas e políticas públicas governamentais no Brasil. A lista completa das frentes parlamentares existentes no Congresso Nacional pode ser conferida no link <<http://www.camara.gov.br/internet/deputado/frentes.asp>>. Acesso em 29/09/2015.

aproximadamente 20% do total de parlamentares¹². Para aproximar-se de forma mais consistente do grupo de deputados que têm como uma das suas prioridades a educação, foi preciso atentar para os critérios de identificação sinalizados abaixo. Atuar, seja como titular ou suplente, da Comissão de Educação é de fato um critério necessário e suficiente. Ao mesmo tempo atuar de forma sistemática na comissão técnica da Câmara dos Deputados e também nas frentes parlamentares reforça a orientação política e técnica do parlamentar quanto ao tema da educação.



Fonte: Diap, 2015.

Além deste grupo de deputados, tornou-se imprescindível agregar todos os parlamentares que receberam financiamento empresarial de campanha do setor econômico da educação nas eleições de 2014. Foram ao todo 40 deputados eleitos, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), o setor econômico da educação, formado pelos grupos econômicos que atuam na área de educação, é pouco expressivo nas doações para a campanha eleitoral,

12 Essa definição levou em conta os deputados em exercício do mandato até 18 de setembro de 2015. Após esta data, já houve movimentação partidária e parlamentar, como por exemplo, a saída do dep. Celso Pansera (PMDB/RJ) para ocupar o cargo de ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e a mudança de partido de parlamentares como o dep. Miro Teixeira para a Rede. Mesmo assim, todos os deputados, atualmente licenciados do mandato, foram mantidos como membros da Bancada da Educação da Câmara dos Deputados. Confira a lista completa de deputados e senadores membros da Bancada da Educação no Anexo I.

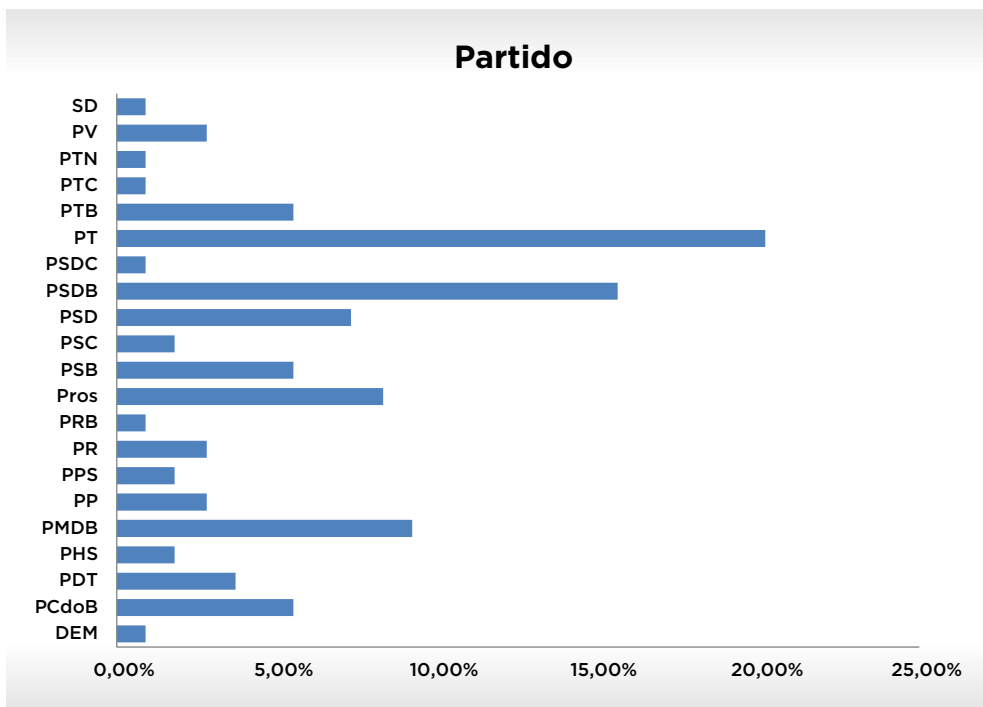
se comparado aos setores econômicos predominantes¹³. No entanto, a sua presença e a sua atuação junto a um número determinado de deputados eleitos são significativas para o estudo. No tópico seguinte, abordaremos com detalhe o financiamento empresarial de campanha e sua relevância para a Bancada da Educação no Congresso Nacional.

Qual é o perfil destes deputados? Em que momento da trajetória política estes parlamentares estão situados? Quais são os partidos majoritários? O perfil da Bancada da Educação em grande medida aproxima-se do perfil da Câmara dos Deputados eleita em outubro de 2014: 54,4% dos parlamentares foram reeleitos para mais um mandato na Câmara e 45,6% estão em seu primeiro mandato federal, conforme os dados apresentados na Radiografia do Novo Congresso (Diap, 2014:p.13). Já na Bancada da Educação, há um equilíbrio maior entre deputados novos e reeleitos: 49,5% estão no primeiro mandato e 50,5% foram reeleitos.

A composição partidária da Bancada da Educação é diversificada, mas com o predomínio de parlamentares do PT (20,2%), PSDB (15,6%) e PMDB (9,2%). Em sua maioria, os deputados que atuam na educação são oriundos de São Paulo (13,8%) Minas Gerais (12,8%), Rio de Janeiro (8,3%), Ceará (7,3%) e Paraná (7,3%).

13 Segundo dados da CNAE de 2010, considerando o número de empresas ativas no setor econômico da educação, estas configuram 2,5% do total de empresas (5.128.568). Já o comércio é a maior atividade econômica com 43,7% das empresas ativas no Brasil.

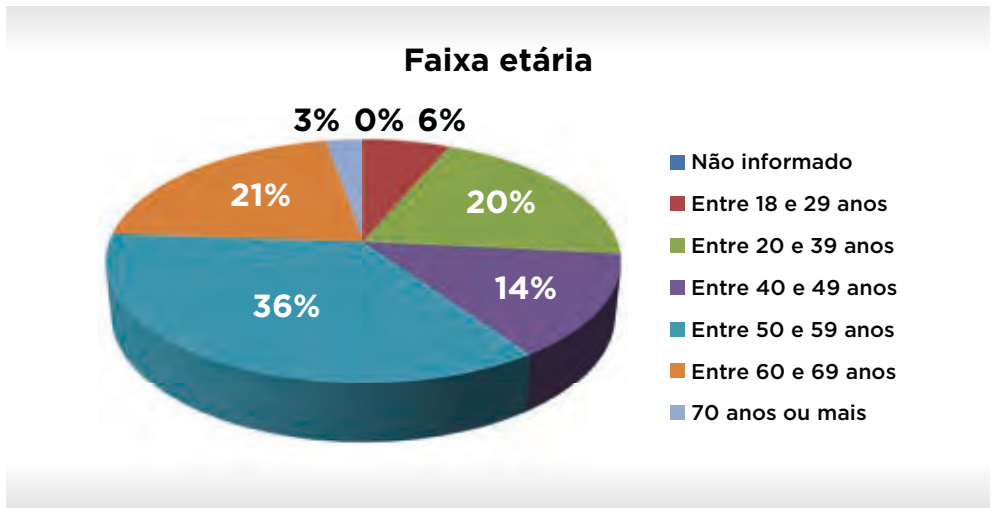
Câmara dos Deputados – A Bancada da Educação segundo o partido



Fonte: Diap, 2015.

A Bancada da Educação é composta por um grupo de deputados ainda jovens, cerca de 6% têm até 29 anos e 20% estão na faixa entre 30 e 39 anos. Há ainda um grupo expressivo de deputados da Bancada, cerca de 36%, que estão entre 50 e 59 anos.

Câmara dos Deputados – A Bancada da Educação segundo a faixa etária



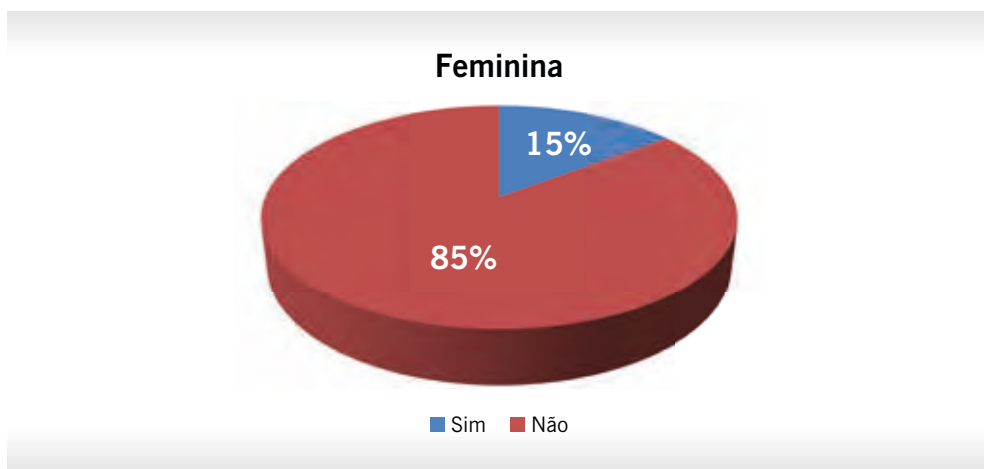
Fonte: Diap, 2015.

Para efeito do presente estudo, é considerado importante para o perfil da Bancada da Educação mapear a cor/raça de cada deputado, bem como seu sexo¹⁴. 85% dos integrantes da Bancada da Educação são homens e apenas 15% são mulheres, o que apenas confirma a sub-representação das mulheres no Congresso Nacional, mesmo em uma área como a educacional, fundamentalmente composta pela mão de obra feminina. Nas eleições de 2014, a Bancada Feminina na Câmara teve um pequeno acréscimo de 10%, muito aquém do eleitorado feminino atual¹⁵. No quesito cor/raça, a situação é similar, com 83% de brancos, 14% de pardos e apenas 2% de pretos. Os dados sobre a cor/raça dos candidatos e dos deputados eleitos são importantes para demonstrar também a ausência da população negra no Congresso Nacional e as dificuldades eleitorais e políticas existentes, por exemplo, em viabilizar candidaturas femininas competitivas para as duas Casas do Congresso.

14 Os dados referentes à cor/raça foram colhidos junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), conforme as informações preenchidas por cada candidatura nas eleições de 2014.

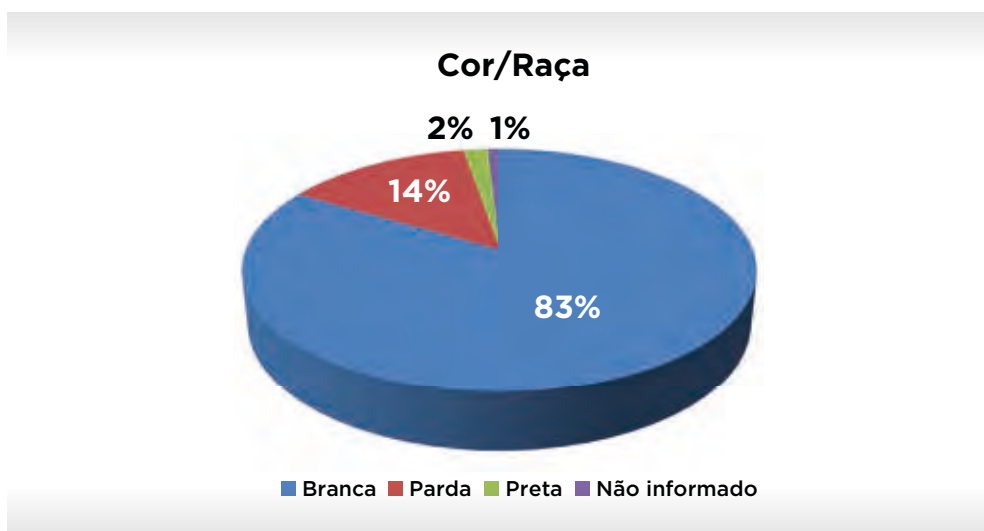
15 O debate sobre a sub-representação das mulheres no Parlamento brasileiro já é bastante expressivo e elenca diversos motivos. Cabe destacar o estudo do Bruno Speck e Wagner Mancuso, *Financiamento, capital político e gênero: um estudo de determinantes do desempenho eleitoral nas eleições legislativas brasileiras de 2010*. 36º Anpocs, 2012.

Câmara dos Deputados – A Bancada da Educação segundo o sexo



Fonte: Diap, 2015.

Câmara dos Deputados – A Bancada da Educação segundo cor/raça



Fonte: Diap, 2015.

No gráfico abaixo, constata-se uma maioria de empresários entre os membros da bancada, cerca de 28,4%, seguidos um pouco de longe pelos advogados (13,8%), professores (11%) e médicos (10,1%). Tais dados demonstram uma forte presença empresarial na Comissão de Educação e nos debates e decisões sobre temas relevantes para a educação nacional.

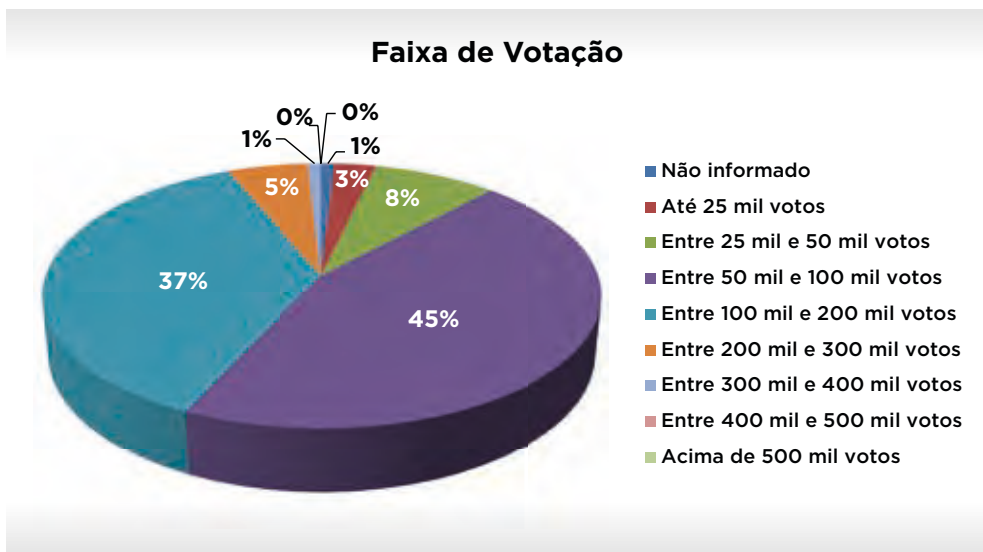
Câmara dos Deputados – A Bancada da Educação segundo a profissão



Fonte: Diap, 2015.

Entre os deputados da Bancada da Educação, há uma maioria de parlamentares com votações bastante expressivas, nas eleições de 2014, com cerca de 45% que obtiveram entre 50 mil e 100 mil votos; 37% entre 100 mil e 200 mil votos; e 5% entre 200 mil e 300 mil votos.

Câmara dos Deputados – A Bancada da Educação segundo a faixa de votação

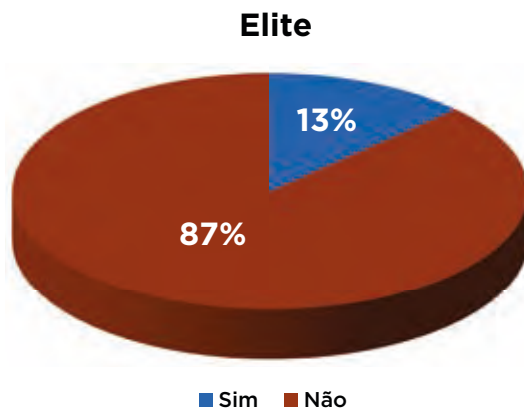


Fonte: Diap, 2015.

Houve também a preocupação em verificar em que medida os deputados que atuam na Bancada da Educação também atuam em outras bancadas suprapartidárias na Câmara dos Deputados. Os números mais expressivos são os referentes às bancadas empresarial e sindical: cerca de 33% pertencem também à Bancada Empresarial e 9,2% pertencem à Bancada Sindical, refletindo em grande medida a presença desses dois segmentos na Câmara dos Deputados. Outros dados que chamam a atenção é que somente 1,8% pertencem também à Bancada dos Servidores Públicos e 5,5% à Bancada Evangélica. Aqui, cabe destacar que a área de educação é considerada estratégica pela Bancada Evangélica, que tem atuado de forma sistemática na Comissão de Educação e nos temas considerados relevantes, a exemplo do Plano Nacional de Educação. Também encontramos 13% dos deputados da Bancada que pertencem ao grupo considerado como a elite do Congresso, conforme pesquisa anual feita pelo Diap. Desde 1994, o Diap faz o levantamento sobre os 100 parlamentares mais atuantes do Congresso Nacional, seja como formadores de opinião, formuladores, articuladores e debatedores¹⁶. A nosso ver, esse percentual demonstra que a educação permanece como um tema importante que envolve as lideranças da Câmara em várias instâncias.

16 Todas as pesquisas sobre Os “Cabeças” do Congresso Nacional estão disponíveis na página do Diap no seguinte link: http://www.diap.org.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=513&view=viewcategory&catid=13

Câmara dos Deputados – A Bancada da Educação segundo a classificação “Os Cabeças” do Diap



Fonte: Diap, 2015.

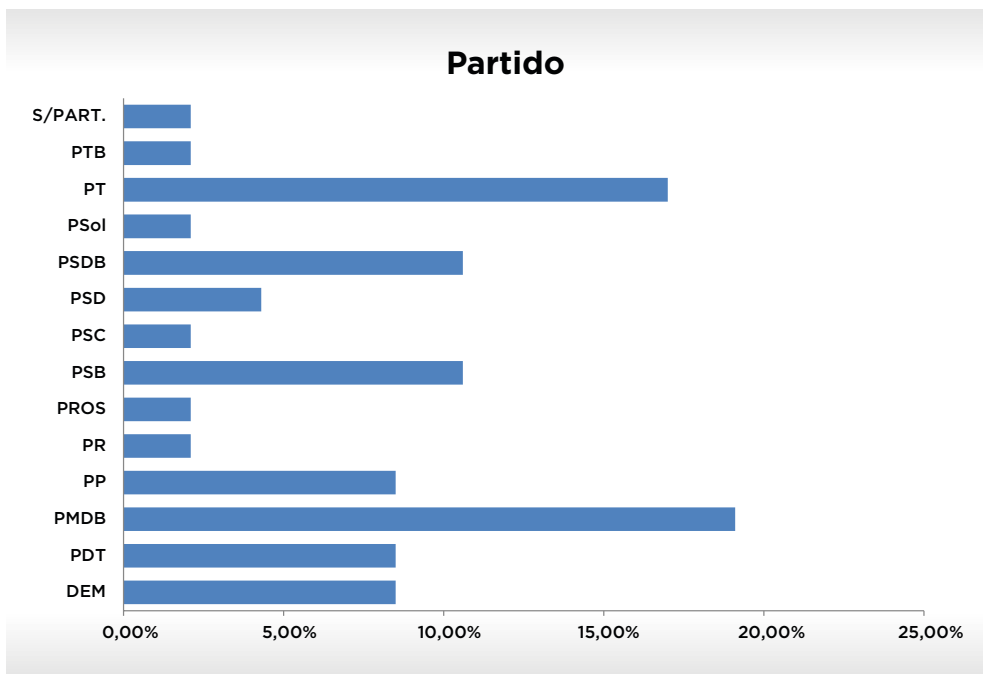
1.4 A Bancada da Educação no Senado Federal

No Senado Federal, a Bancada da Educação é composta por 47 senadores, ou seja, 57% da Casa. Esse número expressivo de parlamentares demonstra que o tema envolve uma diversidade de interesses e agendas. Aproximadamente 62,7% da Bancada são senadores eleitos em 2010 e com mandato até 2019 e 29,9% foram eleitos em 2014 e estão em seu primeiro mandato no Senado Federal¹⁷.

Na composição partidária da Bancada da Educação, são majoritários o PMDB (19,1%), o PT (17%), o PSDB (10,6%) e o PSB (10,6%). Quanto à representação dos Estados, é muito próxima tendo em vista o número da bancada de cada unidade da Federação: Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Sergipe têm o maior número com 6,4% da Bancada, seguidos de perto pelos demais estados da Federação.

¹⁷ Nas Eleições de 2010, foram renovados dois terços do Senado Federal e nas eleições de 2014 estava em disputa um terço, ou seja, 27 vagas.

Senado Federal – A Bancada da Educação segundo o partido

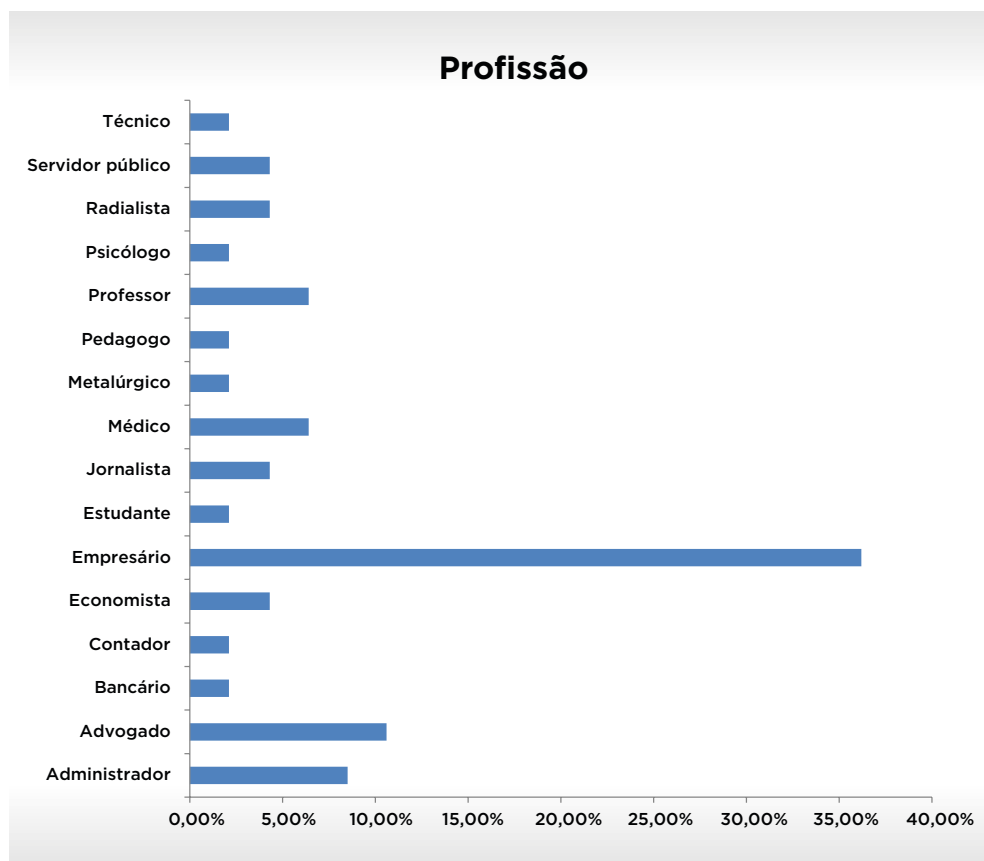


Fonte: Diap, 2015.

Entre os membros da Bancada, 80,9% são homens; cerca de 52% são brancos, 11%, pardos e 2,% pretos¹⁸. Os empresários são maioria na Bancada da Educação, com 36,2%; seguidos pelos advogados com 10,6%; os administradores com 8,5%; os médicos (6,4%); e os professores com 6,4%.

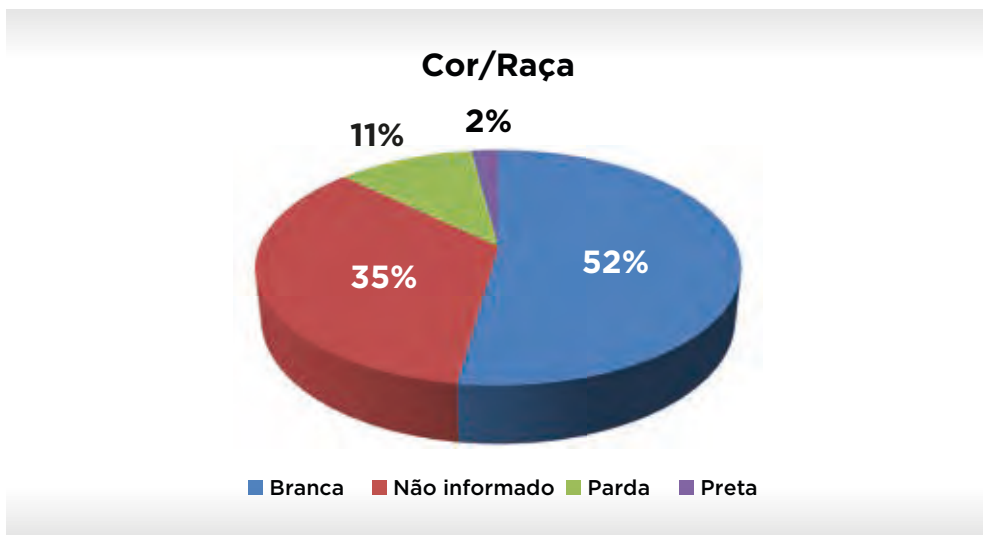
18 É preciso observar que 34% dos membros da Bancada da Educação no Senado estão sem informação de cor/raça, visto que nas eleições de 2010 o Tribunal Superior Eleitoral não exigiu essa informação para o registro das candidaturas.

Senado Federal – A Bancada da Educação segundo a profissão



Fonte: Diap, 2015.

Senado Federal – A Bancada da Educação segundo cor/raça



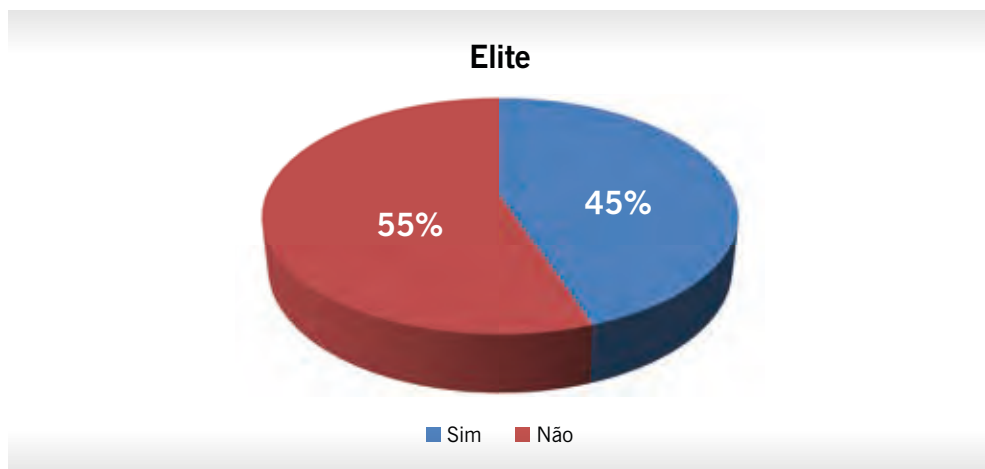
Fonte: Diap, 2015

Portanto, assim como na Câmara dos Deputados, há uma forte presença da bancada empresarial na área de educação (38,3%), e uma presença pouca expressiva da bancada sindical com 12,8% dos membros. É preciso destacar que, no novo Congresso eleito em 2014, a Bancada Sindical sofreu perdas expressivas com a reeleição de apenas 36 deputados e a eleição de 15 novos deputados, conforme apontou o Diap na *Radiografia do Novo Congresso*. Atualmente, a Bancada Sindical é composta por 51 deputados e nove senadores, bem abaixo dos 83 deputados e oito senadores na Legislatura anterior (2011-2015), diferentemente da Bancada Empresarial que permanece a maior do Congresso com 251 parlamentares (221 deputados e 30 senadores).

Quanto à atuação da Bancada Evangélica, a presença na Bancada da Educação é pouco expressiva com cerca de 2,1% dos membros. Esse ponto pode ser explicado, como dito anteriormente, pelo *modus operandis* da Bancada que elege em geral uma agenda de temas de interesse como o combate à união civil de casais homossexuais e à “ideologia de gênero”, a proibição do uso de células-tronco em pesquisas, a criminalização do aborto e a defesa da família como a união de homens e mulheres. A partir dessa agenda, a Bancada utiliza os líderes, os vice-líderes de partidos e os coordenadores temáticos para debater e atuar nas comissões permanentes e especiais. Desde 2003, a Bancada Evangélica está registrada na Câmara como Frente Parlamentar Evangélica, com atuação organizada e profissional, conforme ressalta a *Radiografia do Novo Congresso do Diap* (2014, p.106).

Além disso, 45% dos senadores da Bancada da Educação pertencem à elite do Congresso, conforme a pesquisa anual feita pelo Diap. No Senado Federal, a presença da elite na Bancada da Educação é mais expressiva, provavelmente pelo tamanho, perfil e composição da bancada.

Senado Federal – A Bancada da Educação segundo a classificação “Os Cabeças” do Diap



Fonte: Diap, 2015.

2. O perfil do financiamento de campanha da Bancada da Educação

O financiamento de campanha constitui um dos campos de estudo mais relevantes para o mapeamento da influência do poder econômico na definição da agenda política e parlamentar. O estudo aqui apresentado também se debruçou sobre o financiamento empresarial de campanha para conhecer o tipo de atuação e de interesses que norteiam a atuação da Bancada da Educação no Congresso Nacional.

Em balanço sobre as várias pesquisas realizadas sobre o tema, Manoel Santos (2015) destaca pelo menos cinco vertentes relevantes: a) as contribuições de campanha garantem demasiado acesso aos congressistas só quando o tema tem pouca visibilidade; b) as doações mudam a direção do voto do parlamentar principalmente em temas técnicos e especializados; c) as demandas particulares são atendidas em detrimento do interesse público quando os benefícios são concentrados para os grupos de interesse e os custos são difusos pelo eleitorado como um todo; d) o financiamento de campanha vai influenciar o comportamento dos parlamentares apenas quando se trata de um tema/assunto com pouca clivagem; e e) o financiamento de campanha só gerará os efeitos esperados quando o grupo de interesse, além de fazer doações de campanha, fizer lobby¹⁹.

Tendo em vista estas diversas conclusões e mediações sobre o impacto do financiamento de campanha, a hipótese utilizada aqui é que quanto maior o financiamento de campanha de determinados setores econômicos, maior a cooperação dos parlamentares com os interesses de determinados grupos.

As questões concentraram-se na busca de resultados conclusivos sobre o impacto das contribuições empresariais na atuação e no comportamento da Bancada da Educação. Em que medida os interesses públicos e privados estão em disputa; quais são as contradições na definição de agenda da área; e como ocorre a articulação das agendas pública e privada da educação?

Com esse objetivo, este estudo selecionou dois caminhos: a proporção de financiamento oriunda do setor econômico da educação; e b) a proporção de financiamento oriunda do setor empresarial como um todo para o Congresso e para a Bancada da Educação.

Ao analisar o perfil do financiamento, de forma global, nas eleições de 2014, encontramos achados bastante significativos. Esse tipo de análise foi feito para as eleições de 2010, pelo pesquisador Rodrigo Dolandeli Santos (2012), que investigou as

19 Conferir, por exemplo, os estudos de Borges (2012), Mancuso e Speck (2014) e Backes e Vogel (2014).

contribuições empresariais e suas preferências de investimento²⁰. Em 2010, R\$ 4,7 bilhões foram investidos nas campanhas de todos os candidatos, sendo que 48,1% vieram das empresas. Além disso, cerca de 73% do arrecadado pelos comitês partidários teve sua origem em doações empresariais, o que demonstra, conforme Dolandeli Santos, o peso da financiamento empresarial nas campanhas eleitorais.

Nas eleições de 2014, esse peso permanece também substancial, conforme pode ser constatado na tabela abaixo. Foram ao todo 426 mil doações no valor total de R\$ 4,3 bilhões, sendo que 29,6% de toda a arrecadação têm como origem as pessoas jurídicas e, que somado ao percentual de 29,6% das doações para os partidos e 20,9% para os candidatos e comitês partidários, totalizam mais de 80% das contribuições²¹.

Visão geral do financiamento de campanha das Eleições 2014

Tipo de Doação (Receita)	Total de doações para todos candidatos às Eleições 2014			
	Quantidade de doações	%	Valor total das doações	%
Comercialização de bens ou realização de eventos	7	0,00%	R\$ 2.230,00	0,00%
Doações pela Internet	3.733	0,90%	R\$ 1.190.798,23	0,00%
Recursos de origens não identificadas	146	0,00%	R\$ 561.326,28	0,00%
Recursos de outros candidatos/comitês	129.650	30,40%	R\$ 918.346.499,67	20,90%
Recursos de partido político	36.502	8,60%	R\$ 1.299.675.206,24	29,60%
Recursos de pessoas físicas	179.947	42,20%	R\$ 492.321.284,76	11,20%
Recursos de pessoas jurídicas	40.477	9,50%	R\$ 1.299.939.674,36	29,60%
Recursos próprios	35.550	8,30%	R\$ 376.348.954,33	8,60%
Rendimentos de aplicações financeiras	661	0,20%	R\$ 171.568,73	0,00%
Total	426.673	100,00%	R\$ 4.388.557.542,60	100,00%

Fonte: Diap, 2015, com dados do TSE.

20 Os estudos feitos pelo cientista político Rodrigo Dolandeli Santos foram inspiradores para a análise feita aqui. Ver, por exemplo, os artigos *Grandes Empresários e Sucesso Eleitoral nas eleições de 2002, 2006 e 2010*. 2011, 35º Anpocs, e *O perfil de financiamento de campanha dos maiores grupos econômicos nas eleições de 2010*. 2012, 36º Anpocs.

21 Conforme dados do TSE, nas eleições de 2014, considerando todos os tipos de doação, foram os seguintes números e percentuais dos candidatos que não declararam o setor econômico do (s) doador (es): candidatos a todos os cargos - 220.975 (51,8%) não declararam; candidatos a senador - 4.030 (35,2%) não declararam; e candidatos a deputado federal - 66.508 (53,2%) não declararam.

2.1 Câmara dos Deputados

A partir da análise somente dos dados de doações para os deputados federais eleitos em 2014, percebe-se o mesmo perfil de financiamento, visto que os recursos de pessoas jurídicas (29,9%) e os recursos de partidos políticos (37%) são também os mais significativos, apesar de também configurar como um número menor de doações.

Nesse ponto, é interessante lembrar a tendência dos grandes doadores concentrarem-se suas doações em candidaturas consideradas mais viáveis. Ou seja, o perfil do grande doador, para Dolandeli Santos (2011, p. 5), reside em financiar candidatos e candidatas “bons de voto”, que tenha “proximidade de interesses” e “importância política”.

Ao desagregar os dados por tipo de setor econômico que fez a doação nas eleições de 2014, a primeira constatação é que o setor econômico da educação é bastante tímido nas suas doações, perfazendo apenas 1% do total das doações aos deputados eleitos para a atual legislatura, muito distante dos grandes doadores como o setor industrial (27,7%), o comércio (20,8%) e a construção (12,8%)²².

Observa-se que essa mesma tendência ocorreu nas eleições de 2010. Conforme Dolandeli Santos (2012: p.11), ao tratar do perfil do financiamento de todos os candidatos em 2010, “o segmento Construção concentrou um terço das doações de campanha empresariais (33,73%). Este segmento em conjunto com as Indústrias de Transformação (26,39%), Comércio (11,88%) e Atividades Financeiras (10,85%) somaram juntos 82,85% do volume total do financiamento empresarial de 2010.”

Doações de Pessoa Jurídica para todos os deputados federais eleitos ou suplentes na ativa nas Eleições 2014 em agosto de 2015

Grandes setores econômicos	Doações recebidas nas Eleições 2014			
	Quantidade de doações	%	Valor total das doações	%
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	34	0,40%	R\$ 2.664.881,71	1,10%
Alojamento e alimentação	82	1,00%	R\$ 1.558.235,25	0,60%
Artes, cultura, esporte e recreação	20	0,30%	R\$ 220.433,00	0,10%

22 Aqui, foi utilizada a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), criada em 2006, que é um “instrumento de padronização nacional dos códigos de atividade econômica e dos critérios de enquadramento utilizados pelos diversos órgãos da Administração Tributária do país”, conforme definição da Receita Federal/Ministério da Fazenda. A CNAE é dividida por seções e divisões, grupos e classes. Para efeito da análise, o Diap utilizou as grandes seções econômicas informadas pelas candidaturas ao TSE nas eleições de 2014 e, quando necessário, as demais divisões apresentadas pela CNAE.

Grandes setores econômicos	Doações recebidas nas Eleições 2014			
	Quantidade de doações	%	Valor total das doações	%
Atividades administrativas e serviços complementares	370	4,60%	R\$ 8.607.973,55	3,40%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	378	4,70%	R\$ 20.385.232,23	8,00%
Atividades imobiliárias	200	2,50%	R\$ 7.092.800,16	2,80%
Atividades profissionais, científicas e técnicas	344	4,30%	R\$ 9.798.062,87	3,90%
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	1.660	20,80%	R\$ 49.783.757,75	19,70%
Construção	1.024	12,90%	R\$ 43.173.384,61	17,00%
Educação	81	1,00%	R\$ 3.934.813,83	1,60%
Eletricidade e gás	54	0,70%	R\$ 3.735.000,00	1,50%
Indústrias de transformação	2.207	27,70%	R\$ 68.816.051,71	27,20%
Informação e comunicação	828	10,40%	R\$ 4.329.203,76	1,70%
Não informado	243	3,10%	R\$ 14.491.737,57	5,70%
Outras atividades de serviços	117	1,50%	R\$ 2.300.946,93	0,90%
Saúde humana e serviços sociais	68	0,90%	R\$ 3.109.750,00	1,20%
Transporte, armazenagem e correio	257	3,20%	R\$ 9.253.203,84	3,70%
Total	7.967	100,00%	R\$ 253.255.468,77	100,00%

Fonte: Diap, 2015, com dados do TSE.

Ainda sobre o perfil do financiamento global nas eleições 2014, observa-se que a maior parte, 93%, das doações de empresas para os deputados eleitos está nos níveis de investimentos mais baixos, ou seja, entre R\$ 10 mil e R\$ 100 mil, com apenas uma doação entre R\$ 1 milhão e R\$ 10 milhões.

Classificação das empresas doadoras por níveis de investimento para todos os deputados federais eleitos ou suplentes na ativa nas Eleições 2014 em agosto de 2015

Nível de Investimento	Doações recebidas nas Eleições 2014			
	Quantidade de doações	%	Valor total das doações	%
Acima de R\$ 10 milhões	-	0,00%	R\$ -	0,00%
Entre R\$ 1 e 10 milhões	1	0,00%	R\$ 1.200.000,00	0,50%
Entre R\$ 500 mil e R\$ 1 milhão	7	0,10%	R\$ 4.950.000,00	2,00%

Nível de Investimento	Doações recebidas nas Eleições 2014			
	Quantidade de doações	%	Valor total das doações	%
Entre R\$ 100 mil e R\$ 500 mil	440	5,50%	R\$ 91.581.607,09	36,20%
Entre R\$ 10 mil e R\$ 100 mil	3.307	41,50%	R\$ 141.448.601,83	55,90%
Até R\$ 10 mil	4.212	52,90%	R\$ 14.075.259,85	5,60%
Total	7.967	100,00%	R\$ 253.255.468,77	100,00%

Fonte: Diap, 2015, com dados do TSE.

Em relação ao perfil da distribuição das doações das empresas por região, 47,6% concentram-se na região Sudeste, o que sinaliza para a tendência, já destacada nas eleições de 2010, das empresas preferirem doar para as eleições nacionais e para os candidatos e eleitos na região Sudeste. Dolandeli Santos (2012: p.17) lembra também que:

“Uma vez considerado que a arrecadação financeira das campanhas nacionais foi predominante a custa de repasses partidários, podemos inferir que as maiores empresas preferiram financiar comitês partidários em nível nacional do que as campanhas nos estados. (...) Quanto maior o investimento, maior seria a preocupação com a eficiência do seu gasto. O cálculo da doadora poderia levar em conta o papel amplo do partido em gerenciar seus recursos repassando-os aos candidatos a presidente e também às candidaturas das eleições estaduais.”

Ao analisar os dados das doações por partido para os deputados eleitos nas eleições de 2014, esse aspecto da relação entre risco e investimento também está presente, pois as empresas escolheram os partidos com maior projeção nacional e com maior possibilidade de eleição de candidatos: PT (21,2%), PSDB (15,1%) e PMDB (13,6%), conforme os dados do TSE.

Em relação à Bancada da Educação, como se desenha o seu perfil de financiamento? Há alguma distinção em relação ao financiamento empresarial como um todo da Câmara dos Deputados? Os setores econômicos da indústria (22,2%), do comércio (19,9%) e da construção (15%) permanecem como os grandes financiadores de campanha. No entanto, o setor de informação e comunicação se destaca com o percentual de 13,2% de doações, o que pode sinalizar para uma maior aproximação da bancada com esse setor e seus interesses.

A Bancada dos Meios de Comunicação permanece como uma bancada poderosa no Congresso Nacional com aproximadamente 60 parlamentares, que são concessionários de rádio ou de TV (Diap, 2014: p.135). Alguns expoentes da Bancada dos Meios de Comunicação no Congresso também fazem parte da Bancada da Educação como, por exemplo, a dep. Elcione Barbalho (PMDB/PA), o dep. Miro Teixeira (PROS/RJ) e o senador Tasso Jereissati (PSDB/CE).

Doações de Pessoa Jurídica para todos os deputados federais eleitos ou suplentes na ativa nas Eleições 2014 em agosto de 2015 que estão na Bancada da Educação

Grande setores econômicos	Doações recebidas nas Eleições 2014			
	Quantidade de doações	%	Valor total das doações	%
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	7	0,40%	R\$ 441.500,00	0,80%
Alojamento e alimentação	31	1,60%	R\$ 670.147,00	1,20%
Artes, cultura, esporte e recreação	4	0,20%	R\$ 3.130,00	0,00%
Atividades administrativas e serviços complementares	102	5,30%	R\$ 2.207.240,08	3,80%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	73	3,80%	R\$ 3.858.827,83	6,70%
Atividades imobiliárias	46	2,40%	R\$ 1.275.951,38	2,20%
Atividades profissionais, científicas e técnicas	70	3,60%	R\$ 1.460.015,00	2,50%
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	383	19,90%	R\$ 10.463.311,38	18,00%
Construção	288	15,00%	R\$ 11.099.148,25	19,10%
Educação	81	4,20%	R\$ 3.934.813,83	6,80%
Eletricidade e gás	8	0,40%	R\$ 820.000,00	1,40%
Indústrias de transformação	427	22,20%	R\$ 13.484.992,38	23,30%
Informação e comunicação	254	13,20%	R\$ 1.535.379,93	2,60%
Não informado	35	1,80%	R\$ 2.803.123,00	4,80%
Outras atividades de serviços	42	2,20%	R\$ 945.510,26	1,60%
Saúde humana e serviços sociais	17	0,90%	R\$ 651.500,00	1,10%
Transporte, armazenagem e correio	56	2,90%	R\$ 2.328.096,24	4,00%
Total	1.924	100,00%	R\$ 57.982.686,56	100,00%

Fonte: Diap, 2015, com dados do TSE.

Outro aspecto que merece destaque é o nível de investimento das empresas para a Bancada da Educação: 57% do valor das doações se concentram no intervalo entre R\$ 10 mil e R\$ 100 mil, enquanto 37,3% dos valores doados estão entre R\$ 100 mil e R\$ 500 mil. No entanto, a maior quantidade de doações para a Bancada da Educação são de valores menores, ou seja, até R\$ 10 mil.

Classificação das empresas doadoras por níveis de investimento para todos os deputados federais eleitos ou suplentes na ativa nas Eleições 2014 em agosto de 2015 que estão na Bancada da Educação

Nível de Investimento	Doações recebidas nas Eleições 2014			
	Quantidade de doações	%	Valor total das doações	%
Acima de R\$ 10 milhões	-	0,00%	R\$ -	0,00%
Entre R\$ 1 e 10 milhões	-	0,00%	R\$ -	0,00%
Entre R\$ 500 mil e R\$ 1 milhão	-	0,00%	R\$ -	0,00%
Entre R\$ 100 mil e R\$ 500 mil	107	5,60%	R\$ 21.625.702,77	37,30%
Entre R\$ 10 mil e R\$ 100 mil	769	40,00%	R\$ 33.383.633,57	57,60%
Até R\$ 10 mil	1.048	54,50%	R\$ 2.973.350,22	5,10%
Total	1.924	100,00%	R\$ 57.982.686,56	100,00%

Fonte: Diap, 2015, com dados do TSE.

Observando a lista das dez maiores empresas doadoras nas eleições de 2014 para a Bancada da Educação, figura em primeiro lugar a JBS S/A, com 3% das doações. A JBS é maior doadora nas eleições gerais de 2014, para todos os candidatos em todos os cargos, com cerca de R\$ 75 milhões doados, o que equivale a 5,8% de todas as doações empresariais na campanha²³. No caso dos deputados eleitos em 2014, somente o Itaú Unibanco ultrapassa a JBS em valor de doações, com R\$ 5 milhões (2,11% do total doado aos deputados eleitos). Na lista geral de doadores em 2014, o Itaú Unibanco, ficou em segundo lugar atrás da JBS, com a doação de R\$ 26 milhões (2% das doações totais) para todos os candidatos.

As 10 maiores doações de empresas em valor nas Eleições 2014 - Todos deputados da bancada da educação

JBS S/A	R\$ 1.750.000,00	3,02%
SUPERMERCADOS BH COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 1.224.371,84	2,11%
REDE HG COMBUSTIVEIS LTDA.	R\$ 1.209.654,36	2,09%
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 1.150.000,00	1,98%
GRANDE MOINHO CEARENSE SA	R\$ 800.000,00	1,38%

23 A JBS é uma empresa de capital aberto, com receita líquida de R\$ 76 bilhões, em 2012, que “opera no processamento de carnes bovina, suína, ovina e de frango e no processamento de couros. Além disso, comercializa produtos de higiene e limpeza, colágeno, embalagens metálicas, biodiesel, entre outros. O diversificado portfólio do grupo conta com marcas reconhecidas em todo o mundo como Swift, Friboi, Maturatta, Cabana Las Lilas, Pilgrim’s, Gold Kist Farms, Pierce e 1855”, conforme dados da página da empresa, consultada em 30/11/2015: <http://www.jbs.com.br/pt-br/perfil>

**As 10 maiores doações de empresas em valor nas Eleições 2014
- Todos deputados da bancada da educação**

UNIMED DO BRASIL CONFEDERACAO NAC DAS COOPERATIVAS MED	R\$ 750.000,00	1,29%
COPERSUCAR S.A.	R\$ 728.300,00	1,26%
COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERACAO	R\$ 700.000,00	1,21%
VALE ENERGIA S.A	R\$ 700.000,00	1,21%
COMPANHIA BRASILEIRA DE VIDROS PLANOS - CBVP	R\$ 600.000,00	1,03%

Fonte: Diap, 2015, com dados do TSE.

Quanto ao perfil partidário e regional da distribuição de recursos para a Bancada da Educação, permanece a tendência de concentração de recursos na região Sudeste com aproximadamente 59,3% das doações, com preferência para o PT (29%) e PSDB (14,9%), mas com maior fragmentação e dispersão do financiamento entre as diversas bancadas partidárias na Câmara.

Quanto ao perfil do financiamento do setor econômico da educação, encontram-se doações de menor valor, até R\$ 400 mil por doação, totalizando 81 doações no valor de R\$ R\$ 3,9 milhões. Entre as classes encontradas do setor econômico da Educação, a maior doadora foi a da Educação Superior – Graduação com quase R\$ 2 milhões, ficando em segundo lugar o Ensino Médio, com R\$ 820 mil ²⁴.

Doações dos setores da Área da Educação para os deputados eleitos e pertencentes a Bancada da Educação nas Eleições 2014

Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares	R\$ 300,00	0,01%
Cursos de pilotagem	R\$ 23.132,16	0,59%
Cursos preparatórios para concursos	R\$ 353.000,00	8,97%
Educação infantil - creche	R\$ 2.501,42	0,06%
Educação profissional de nível técnico	R\$ 1.001,42	0,03%
Educação superior - graduação	R\$ 1.844.707,51	46,88%
Educação superior - graduação e pós-graduação	R\$ 634.376,00	16,12%
Educação superior - pós-graduação e extensão	R\$ 60.000,00	1,52%
Ensino de esportes	R\$ 2.700,00	0,07%
Ensino fundamental	R\$ 119.512,57	3,04%

24 A CNAE classifica o setor econômico da educação em seis divisões: 1) Educação infantil e ensino fundamental; 2) Ensino médio; 3) Educação superior; 4) Educação profissional de nível médio e tecnológico; 5) Atividades de apoio à educação; e 6) Outras atividades de ensino. Por sua vez, essas seis divisões são subdivididas em vários grupos e classes.

Doações dos setores da Área da Educação para os deputados eleitos e pertencentes a Bancada da Educação nas Eleições 2014		
Ensino médio	R\$ 820.009,43	20,84%
Formação de condutores	R\$ 8.533,32	0,22%
Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente	R\$ 60.040,00	1,53%
Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial	R\$ 5.000,00	0,13%
Total	R\$ 3.934.813,83	100,00%

Entre as empresas do setor econômico da educação que doaram para a Bancada, encontramos os grandes grupos da área como Sistema Integrado de Educação e Cultura – Sinec (2º lugar em doações com o valor de R\$ 400 mil), que engloba o Colégio Objetivo, o grupo Di Gênio (3º lugar em doações com valor de R\$ 350 mil), o Sistema Pitágoras (9º lugar em doações com o valor de R\$ 200 mil) e o grupo Devry, mas que fez doações menores (18º lugar em doações com valor de R\$ 50 mil). Há também grupos econômicos diversos e menos conhecidos que fizeram doações significativas como a União de Faculdades do Amapá (1º lugar em doações com o valor de R\$ 500 mil) e a Sociedade Educacional Bricor (3º lugar em doações com o valor de R\$ 300 mil).

As doações de empresas da área de educação em valor nas Eleições 2014 - Todos deputados eleitos e pertencentes à bancada da educação		
UNIAO DE FACULDADES DO AMAPA LTDA	R\$ 500.000,00	12,71%
SISTEMA INTEGRADO DE EDUCACAO E CULTURA SINEC LTDA	R\$ 400.000,00	10,17%
DI GENIO E PATTI - CURSO OBJETIVO LTDA	R\$ 350.000,00	8,89%
SOCIEDADE EDUCACIONAL BRICOR LTDA	R\$ 300.000,00	7,62%
INSTITUTO LEAO SAMPAIO DE ENSINO UNIVERSITARIO LTDA	R\$ 204.400,00	5,19%
CENTRO DE ENSINO ATENAS MARANHENSE LTDA	R\$ 200.000,00	5,08%
CENTRO EDUCACIONAL NOSSA CIDADE LTDA.	R\$ 200.000,00	5,08%
EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	R\$ 200.000,00	5,08%
SISTEMA PITAGORAS DE EDUCACAO SOCIEDADE LTDA	R\$ 200.000,00	5,08%
ORME SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	R\$ 150.000,00	3,81%
UNIC SORRISO LTDA	R\$ 150.000,00	3,81%
FACULDADES CATHEDRAL DE ENSINO SUPERIOR	R\$ 112.000,00	2,85%
ASSEVIM - SOCIEDADE EDUCACIONAL DO VALE DO ITAJAI MIRIM LTDA.	R\$ 100.000,00	2,54%
COLEGIO BANDEIRANTES LTDA.	R\$ 100.000,00	2,54%
UPIARA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S/A.	R\$ 100.000,00	2,54%

**As doações de empresas da área de educação em valor nas Eleições 2014 -
Todos deputados eleitos e pertencentes à bancada da educação**

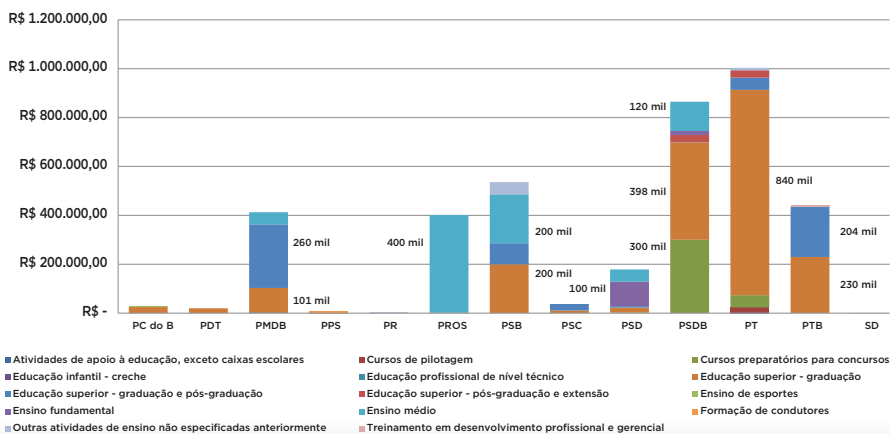
ASSOCIACAO TERESINENSE DE ENSINO S/C LTDA	R\$ 86.000,00	2,19%
CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.	R\$ 60.000,00	1,52%
DEVRY EDUCACIONAL DO BRASIL S/A	R\$ 50.000,00	1,27%
SOCIEDADE PADRAO DE EDUCACAO SUPERIOR LTDA	R\$ 50.000,00	1,27%
STAE CENTRO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL LTDA - ME	R\$ 50.000,00	1,27%
UNIAO EDUCACIONAL CANDIDO RONDON - UNIRONDON LTDA	R\$ 50.000,00	1,27%
INSTITUTO EDUCACIONAL SANTO AGOSTINHO LTDA	R\$ 40.000,00	1,02%
UNICA EDUCACIONAL	R\$ 37.800,00	0,96%
CENTRO TECNOLOGICO CAMBURY LTDA	R\$ 32.900,00	0,84%
ADMINISTRADORA EDUCACIONAL NOVO ATENEU S/S LTDA	R\$ 30.000,00	0,76%
SOCIEDADE EDUCACIONAL SUL BAHIANA LTDA - EPP	R\$ 25.000,00	0,64%
CARLINHOS ULTRALEVES LTDA - ME	R\$ 23.132,16	0,59%
CENTRO BRASILEIRO DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	R\$ 20.000,00	0,51%
EMPRESA BRASILEIRA DE ENSINO PESQUISA E EXTENSAO S/A - MULTIVIX	R\$ 20.000,00	0,51%
HUMAITA - ASSOCIACAO DE EDUCACAO E ENSINO	R\$ 10.009,43	0,25%
EDUCADORA SETE DE SETEMBRO LTDA	R\$ 10.000,00	0,25%
EMPRESA CAPIXABA DA SERRA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA	R\$ 10.000,00	0,25%
INSTITUTO DE EDUCACAO INFANTIL LTDA - INEI	R\$ 10.000,00	0,25%
SOCIEDADE EDUCACIONAL ID LTDA - EPP	R\$ 10.000,00	0,25%
AUTO ESCOLA NOVA INDUSTRIAL LTDA - ME	R\$ 8.533,32	0,22%
ASSOCIACAO DE ENSINO DE MARILIA LTDA	R\$ 5.976,00	0,15%
CENTRO OESTE - INSTITUTO DE EDUCACAO LTDA	R\$ 5.000,00	0,13%
MEIO DO MUNDO, SERVICOS PRODUCAO E EVENTOS LTDA - EPP	R\$ 5.000,00	0,13%
CENTRO DE ESTUDOS JURIDICOS DO AMAZONAS LTDA - ME	R\$ 3.000,00	0,08%
JOAO DERLY ESPORTES LTDA. - EPP	R\$ 2.700,00	0,07%
ARTE DO SABER ENSINO PRE-ESCOLAR E FUNDAMENTAL LTDA - ME	R\$ 2.500,00	0,06%
ESCOLA A FAZENDINHA LTDA - ME	R\$ 1.500,00	0,04%
SOCIEDADE EDUCATIVA BRAGA E ELOI LTDA - EPP	R\$ 1.010,34	0,03%
CENECT - CENTRO INTEGRADO DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA LTDA	R\$ 1.007,51	0,03%
M. L. DE PAULA LEMOS - EPP	R\$ 1.002,23	0,03%

**As doações de empresas da área de educação em valor nas Eleições 2014 -
Todos deputados eleitos e pertencentes à bancada da educação**

CEYTEC CENTRO DE DESENVOLVIMENTO TECNICO LTDA	R\$ 1.001,42	0,03%
I P E - INSTITUTO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS LTDA - EPP	R\$ 1.001,42	0,03%
BCEC - BRASIL CENTRAL DE EDUCACAO E CULTURA SS	R\$ 1.000,00	0,03%
ESCOLA SAO GERALDO LTDA	R\$ 1.000,00	0,03%
GUATAG - SOCIEDADE DE ASSISTENCIA EDUCACIONAL SS	R\$ 1.000,00	0,03%
UNIAO EDUCACIONAL DO PLANALTO CENTRAL LTDA	R\$ 1.000,00	0,03%
IVANISE CALIL - ME	R\$ 300,00	0,01%
AMY - CURSOS EXTRA-CURRICULARES LTDA - ME	R\$ 40,00	0,00%
Total	R\$ 3.934.813,83	100,00%

Entre os partidos, há uma proximidade com os dados gerais, sendo que as maiores doações do setor econômico da educação foram para o PT (R\$ 1 milhão), PSDB (R\$ 864 mil) e PSB (R\$ 536 mil). Entre os membros da Bancada da Educação, dez deputados receberam doações acima de R\$ 200 mil, que equivalem a 64,7% das doações. As maiores doações foram para o dep. Miro Teixeira (PROS/RJ), Ricardo Trípoli (PSDB/SP) e Atila Lira (PSB/PI). Já o maior número de doações, cerca de 11,1%, foram concentradas no dep. Izalci (PSDB/DF), no valor total R\$ 170 mil.

Doações do Setor Econômico Educação por Partido



Fonte: Diap, 2015, com dados do TSE.

Deputados	Doações recebidas do grande setor econômico Educação nas Eleições 2014			
	Quantidade de doações	%	Valor total das doações	%
Miro Teixeira	2	2,50%	R\$ 400.000,00	10,20%
Ricardo Tripoli	1	1,20%	R\$ 300.000,00	7,60%
Átila Lira	5	6,20%	R\$ 286.000,00	7,30%
Lelo Coimbra	6	7,40%	R\$ 262.002,84	6,70%
Carlos Zarattini	2	2,50%	R\$ 250.000,00	6,40%
Alex Canziani	3	3,70%	R\$ 230.000,00	5,80%
Maria do Rosário	3	3,70%	R\$ 210.000,00	5,30%
Arnon Bezerra	2	2,50%	R\$ 204.400,00	5,20%
Heráclito Fortes	1	1,20%	R\$ 200.000,00	5,10%
Reginaldo Lopes	2	2,50%	R\$ 200.000,00	5,10%
Izalci	9	11,10%	R\$ 170.010,34	4,30%
Patrus Ananias	1	1,20%	R\$ 150.000,00	3,80%
Paulo Teixeira	5	6,20%	R\$ 130.340,00	3,30%
Shéridan	1	1,20%	R\$ 112.000,00	2,80%
Osmar Serraglio	2	2,50%	R\$ 101.007,51	2,60%
Carlos Sampaio	1	1,20%	R\$ 100.000,00	2,50%
Rogério Rosso	1	1,20%	R\$ 100.000,00	2,50%
Samuel Moreira	3	3,70%	R\$ 80.000,00	2,00%
Danilo Forte	1	1,20%	R\$ 50.000,00	1,30%
Florianio Pesaro	2	2,50%	R\$ 50.000,00	1,30%
Pastor Eurico	1	1,20%	R\$ 50.000,00	1,30%
Ricardo Izar	1	1,20%	R\$ 50.000,00	1,30%
Raquel Muniz	4	4,90%	R\$ 37.800,00	1,00%
Giuseppe Vecci	3	3,70%	R\$ 32.900,00	0,80%
Daniel Almeida	1	1,20%	R\$ 25.000,00	0,60%
Odair Cunha	1	1,20%	R\$ 23.132,16	0,60%
Adelmo Carneiro Leão	1	1,20%	R\$ 20.000,00	0,50%
Diego Andrade	1	1,20%	R\$ 20.000,00	0,50%
Sérgio Vidigal	1	1,20%	R\$ 20.000,00	0,50%
Weliton Prado	2	2,50%	R\$ 20.000,00	0,50%
Otavio Leite	1	1,20%	R\$ 10.009,43	0,30%

Deputados	Doações recebidas do grande setor econômico Educação nas Eleições 2014			
	Quantidade de doações	%	Valor total das doações	%
Raimundo Gomes de Matos	2	2,50%	R\$ 10.000,00	0,30%
Alex Manente	2	2,50%	R\$ 8.533,32	0,20%
Walter Ihoshi	1	1,20%	R\$ 5.976,00	0,20%
Jozi Rocha	1	1,20%	R\$ 5.000,00	0,10%
Atila Lins	1	1,20%	R\$ 3.000,00	0,10%
João Derly	1	1,20%	R\$ 2.700,00	0,10%
Luiz Nishimori	1	1,20%	R\$ 2.500,00	0,10%
Beto Salame	1	1,20%	R\$ 1.500,00	0,00%
Laércio Oliveira	1	1,20%	R\$ 1.002,23	0,00%
Total	81	100,00%	R\$ 3.934.813,83	100,00%

Fonte: Diap, 2015, com dados do TSE.

2.2 Senado Federal

No Senado Federal, para tratar do perfil de financiamento de campanha da Casa como um todo e da Bancada da Educação em específico, é preciso analisar os dados do TSE das eleições de 2010 e 2014 por conta dos dois períodos de renovação. Em 2014, houve a renovação de 81% da Casa, considerando as vagas em disputa, com a eleição de 22 novos senadores e a reeleição de 5 senadores.

Nas eleições de 2014, todos os candidatos ao Senado gastaram nas campanhas o valor total de R\$ 273 milhões. Os recursos oriundos das empresas junto com os partidos e comitês totalizaram 88% da arrecadação de campanha, sinalizando para a presença expressiva dos grupos econômicos. Os 27 senadores eleitos em 2014 gastaram ao todo R\$ 129 milhões para se elegerem, com apoio massivo das empresas.

Entre os grandes doadores da campanha eleitoral de 2014 no Senado, figura a JBS S/A, com o valor de R\$ 2 milhões (4% do total doado para os eleitos), valor próximo das doações feitas para a Bancada da Educação no Senado

As 10 maiores doações de empresas em valor nas Eleições 2014 - Todos senadores eleitos em 2014

JBS S/A	R\$ 2.000.000,00	4,05%
ENPA ENGENHARIA E PARCERIA LTDA	R\$ 1.950.000,00	3,95%
CONSTRUTORA ETAM LTDA	R\$ 1.805.000,00	3,65%
SOLAR.BR PARTICIPACOES S.A.	R\$ 1.500.000,00	3,04%
BANCO BTG PACTUAL S.A.	R\$ 1.250.000,00	2,53%
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 1.240.000,00	2,51%
COPPER TRADING S/A	R\$ 1.210.000,00	2,45%
ORTENG EQUIPAMENTOS E SISTEMAS S.A.	R\$ 1.200.000,00	2,43%
IBRAME INDUSTRIA BRASILEIRA DE METAIS S/A	R\$ 1.141.000,00	2,31%
JURUA ESTALEIROS E NAVEGACAO LTDA	R\$ 1.050.000,00	2,13%

Fonte: Diap, 2015, com dados do TSE.

Nas eleições de 2010, a Construtora Camargo Corrêa foi a maior doadora da campanha para todos os candidatos em todos os cargos com o valor de R\$ 50 milhões (4,55%), tendo a JBS ficado em segundo lugar nas doações totais com R\$ 30 milhões (2,7%). No Senado, em 2010, a maior fonte dos eleitos permanece a Construtora Camargo Corrêa, com R\$ 8 milhões (9,7% do valor total doado).

As 10 maiores doações de empresas em valor nas Eleições 2010 - Todos senadores eleitos em 2010

CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORREA S/A	R\$ 8.875.000,00	9,07%
COMPANHIA METALURGICA PRADA	R\$ 4.350.000,00	4,44%
TELEMONT ENGENHARIA DE COMUNICAÇÕES S/A	R\$ 3.200.000,00	3,27%
CONSTRUTORA OAS LTDA	R\$ 2.800.000,00	2,86%
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 2.400.000,00	2,45%
GERDAU COMERCIAL DE AÇOS S.A.	R\$ 1.719.000,00	1,76%
ALUSA ENGENHARIA LTDA	R\$ 1.540.000,00	1,57%
JBS S/A	R\$ 1.410.000,00	1,44%
GALVÃO ENGENHARIA SA	R\$ 1.320.020,00	1,35%
U T C ENGENHARIA S/A	R\$ 1.250.000,00	1,28%

Fonte: Diap, 2015, com dados do TSE.

Visão geral do financiamento de campanha das Eleições 2014 para o Senado Federal

Tipo de Doação (Receita)	Total de doações para todos os candidatos a senador nas Eleições 2014			
	Quantidade de doações	%	Valor total das doações	%
Comercialização de bens ou realização de eventos	-	0,00%	R\$ -	0,00%
Doações pela Internet	54	0,50%	R\$ 8.539,00	0,00%
Recursos de origens não identificadas	4	0,00%	R\$ 110,00	0,00%
Recursos de outros candidatos/comitês	5.326	46,50%	R\$ 60.583.434,83	22,20%
Recursos de partido político	1.085	9,50%	R\$ 99.451.117,32	36,40%
Recursos de pessoas físicas	3.443	30,10%	R\$ 17.884.340,50	6,50%
Recursos de pessoas jurídicas	1.049	9,20%	R\$ 70.795.524,04	25,90%
Recursos próprios	454	4,00%	R\$ 24.361.062,48	8,90%
Rendimentos de aplicações financeiras	30	0,30%	R\$ 17.467,38	0,00%
Total	11.445	100,00%	R\$ 273.101.595,55	100,00%

Fonte: Diap, 2015, com dados do TSE.

A indústria (28,3%), a construção (25,2%), o comércio (16,1%) e as atividades financeiras (16%) são as grandes doadoras dos senadores eleitos em 2014. A educação aparece com menos de 1% de doação. A novidade aqui é o alto percentual de doação para as campanhas dos senadores eleitos no Nordeste (34,8%), deixando o Sudeste em segundo lugar com 27,7%. Quanto aos partidos, o PSDB foi priorizado com 26,8% das doações, seguido pelo PMDB com 19,6% e o PSB com 13,4%.

Doações de Pessoa Jurídica para todos os senadores eleitos ou suplentes na ativa nas Eleições 2014 em agosto de 2015

Grandes setores econômicos	Doações recebidas nas Eleições 2014			
	Quantidade de doações	%	Valor total das doações	%
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	3	0,50%	R\$ 356.054,90	0,70%
Alojamento e alimentação	5	0,90%	R\$ 179.200,00	0,40%
Artes, cultura, esporte e recreação	5	0,90%	R\$ 122.000,00	0,20%
Atividades administrativas e serviços complementares	24	4,30%	R\$ 1.815.048,60	3,70%

Grandes setores econômicos	Doações recebidas nas Eleições 2014			
	Quantidade de doações	%	Valor total das doações	%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	60	10,80%	R\$ 7.898.896,16	16,00%
Atividades imobiliárias	5	0,90%	R\$ 711.101,33	1,40%
Atividades profissionais, científicas e técnicas	28	5,00%	R\$ 958.830,00	1,90%
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	156	28,10%	R\$ 7.974.566,25	16,10%
Construção	91	16,40%	R\$ 12.465.162,02	25,20%
Educação	4	0,70%	R\$ 80.000,00	0,20%
Eletricidade e gás	3	0,50%	R\$ 240.000,00	0,50%
Indústrias de transformação	127	22,80%	R\$ 13.977.230,26	28,30%
Informação e comunicação	5	0,90%	R\$ 434.000,00	0,90%
Não Informado	22	4,00%	R\$ 1.412.915,99	2,90%
Outras atividades de serviços	2	0,40%	R\$ 101.000,00	0,20%
Saúde humana e serviços sociais	2	0,40%	R\$ 30.000,00	0,10%
Transporte, armazenagem e correio	14	2,50%	R\$ 641.667,87	1,30%
Total	556	100,00%	R\$ 49.397.673,38	100,00%

Fonte: Diap, 2015, com dados do TSE.

As doações do setor econômico da educação foram pouco expressivas para os senadores nas eleições de 2014. Apenas dois senadores eleitos receberam quatro doações: Tasso Jereissati (PSDB/CE) e Lasier Martins (PDT/RS), totalizando R\$ 80 mil.

Senadores que receberam doações do Setor Econômico Educação nas Eleições de 2014

Senadores	Doações recebidas do grande setor econômico Educação nas Eleições 2014			
	Quantidade de doações	%	Valor total das doações	%
Tasso Jereissati	3	75,00%	R\$ 60.000,00	75,00%
Lasier Martins	1	25,00%	R\$ 20.000,00	25,00%
Total	4	100,00%	R\$ 80.000,00	100,00%

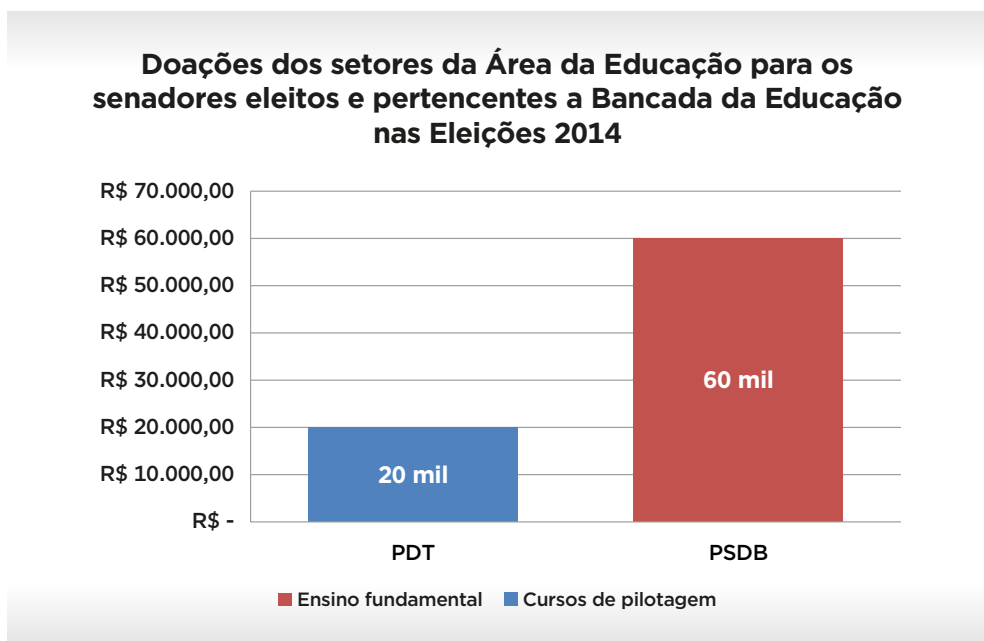
Fonte: Diap, 2015, com dados do TSE.

Apesar de poucas doações, é importante detalhar quais foram as classes do setor econômico da educação que doaram para os senadores em 2014. O Ensino Fundamental surge como o maior doador com o valor de R\$ 60 mil e os Cursos de Pilotagem aparece em segundo com R\$ 20 mil.

Doações dos setores da Área da Educação para os senadores eleitos e pertencentes a Bancada da Educação nas Eleições 2014	
Cursos de pilotagem	R\$ 20.000,00
Ensino fundamental	R\$ 60.000,00
Total	R\$ 80.000,00

Fonte: Diap, 2015, com dados do TSE.

Apenas duas empresas da educação fizeram essas doações aos senadores eleitos nas eleições de 2014: Educadora Sete de Setembro em 1º lugar com a doação de R\$ 60 mil e a Realizar Escola de Aviação Civil em 2º lugar com a doação de R\$ 20 mil.



Fonte: Diap, 2015, com dados do TSE.

As empresas pertencentes aos demais setores econômicos foram mais generosas com os dezessete senadores eleitos da Bancada da Educação em 2014, com o investimento de R\$ 40 milhões, com 232 doações concentradas entre R\$ 10 mil e R\$ 100 mil

e 71 entre R\$ 100 mil e R\$ 500 mil. Merece destaque aqui a existência de contribuições empresariais acima de R\$ 1 milhão. Em qual setor então concentradas essas empresas? Três grupos econômicos se destacaram em relação aos valores doados: Indústria da transformação (29,4%), Construção (24%) e Comércio (17,3%).

Classificação das empresas doadoras por níveis de investimento para todos os senadores eleitos ou suplentes na ativa nas Eleições 2014 em agosto de 2015 que estão na Bancada da Educação

Nível de Investimento	Doações recebidas nas Eleições 2014			
	Quantidade de doações	%	Valor total das doações	%
Acima de R\$ 10 milhões	-	0,00%	R\$ -	0,00%
Entre R\$ 1 e 10 milhões	3	0,70%	R\$ 4.700.000,00	11,50%
Entre R\$ 500 mil e R\$ 1 milhão	8	1,80%	R\$ 6.890.000,00	16,90%
Entre R\$ 100 mil e R\$ 500 mil	71	16,20%	R\$ 16.598.580,92	40,70%
Entre R\$ 10 mil e R\$ 100 mil	232	53,00%	R\$ 12.088.991,57	29,70%
Até R\$ 10 mil	124	28,30%	R\$ 483.596,55	1,20%
Total	438	100,00%	R\$ 40.761.169,04	100,00%

Fonte: Diap, 2015, com dados do TSE.

A preferência partidária das empresas para a Bancada da Educação na distribuição de recursos permanece ainda com PSDB (32,4%), PMDB (23%) e PSB (17%), tendo os demais partidos recebido valores bem menores. Nordeste (31,9%) e Sudeste (33,5%) também receberam as doações maiores, enquanto as demais regiões ficaram concentradas em torno de 10% da arrecadação.

Nas eleições de 2010, foram renovados dois terços do Senado Federal, ou seja, 54 senadores eleitos que receberam a quantia de R\$ 229 milhões para a campanha eleitoral. 42,6 % dos recursos arrecadados tiveram origem nas empresas, 32%, dos partidos políticos e 18% dos comitês de campanha, demonstrando mais uma vez o peso do financiamento empresarial.

Diferentemente das eleições de 2014, nas eleições de 2010, os candidatos não declararam o setor econômico das empresas doadoras, o que impossibilita conhecer a origem do setor econômico dos recursos arrecadados. No entanto, é possível mapear a distribuição partidária e regional dos recursos. O Sudeste e o Centro-Oeste receberam a maior parte das doações, respectivamente 28,1% e 23%. Já o PMDB, o PSDB e o PT receberam o maior volume de recursos nas eleições de 2010: 24,7%, o primeiro partido; e 19,2% , os dois últimos.

Já os trinta senadores pertencentes à Bancada da Educação eleitos em 2010 receberam 864 doações no valor de R\$ 57 milhões. Os níveis de investimento das empresas que financiaram as campanhas da Bancada da Educação concentraram-se em valores intermediários: 55,9% das doações foram de valores entre R\$ 100 mil e R\$ 500 mil; e 40% entre R\$ 10 mil e R\$ 100 mil. Mais uma vez, o Sudeste e o Nordeste receberam o maior volume de recursos com 28,1% e 25,2%. Da mesma forma, o PMDB (26,7%) e o PT (23,5%) foram os beneficiados em 2010.

O que se pode concluir do financiamento empresarial de campanha e sua relação com a Bancada da Educação? Assim como as demais bancadas do Congresso Nacional, a Bancada da Educação é fortemente financiada pelos grandes doadores, empresas em sua maioria, pertencentes à indústria, à construção e ao comércio. Esses *big donors*, na acepção desenvolvida por Dolandeli dos Santos (2011), atuam e investem de forma a ter sucesso durante a campanha eleitoral e também nas decisões do Poder Legislativo²⁵.

A pesquisadora Marcela Machado (2014) analisou a atuação da Bancada Ruralista no Congresso Nacional e trouxe elementos importantes para compreender a relação entre investimento eleitoral e sucesso pós-eleitoral. Da mesma forma, os setores empresariais pertencentes à indústria, ao comércio e à construção financiaram e apoiaram as campanhas dos deputados e senadores ruralistas, que, em sua atuação parlamentar, priorizam as proposições consideradas relevantes para o setor e de forma organizada defendem e votam sua agenda empresarial. Machado destaca que:

“Um deles é a maior participação de parlamentares enquanto autores ou relatores das proposições listadas com prioridade pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) de um só partido, o PMDB. Outro dado a ser destacado é a maior participação de parlamentares de estados que se despontam enquanto atores na cena do agronegócio nacional, como é caso dos estados de Goiás, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.” (Machado, 2014: p.17)

Assim, a Bancada Ruralista tem uma atuação parlamentar, política e ideológica coesa e homogênea com destaque para os partidos e estados que lideram a agenda. Formalmente constituída como Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) conta com uma sede fora das dependências das Casas legislativas, com uma direção institucional e um conjunto de assessores responsáveis pelo acompanhamento legislativo e fazem a identificação dos projetos e matérias, as prioridades na agenda semanal da Casa e elaboram um cronograma de longo prazo com atuação no Legislativo e também no Poder Executivo.

25 O Diap analisou as declarações de bens de deputados e senadores da atual Legislatura, enviadas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Entre os membros da Bancada da Educação na Câmara, foram identificados pelo menos cinco deputados que se declararam sócios ou proprietários de empresas na área de educação: Átila Lira (PSB/PI), Bonifácio de Andrada (PSDB/MG), Izalci Ferreira (PSDB/DF), Raquel Muniz (PSC/MG) e Ricardo Barros (PP/PR).

Já no caso da Bancada da Educação, a atuação parlamentar e política não é tão homogênea e muito menos coesa e consensual em relação à agenda de interesses. O que vimos é que o financiamento empresarial de campanha é semelhante em muitos aspectos a outros segmentos e setores em atuação no Congresso Nacional, com a provável definição de temas das matérias e agendas prioritárias na educação.

3. Agenda de interesses: o público e o privado na educação brasileira

Em 1997, o Diap realizou o primeiro mapeamento detalhado da atuação das bancadas suprapartidárias no Congresso brasileiro²⁶. Conforme o estudo:

“A redemocratização do país ocorrida nos últimos dez anos possibilitou que, não só os grupos de interesse econômico estivessem presentes no Congresso Nacional, mas também os grupos que representam outros segmentos da sociedade civil como o movimento feminista, o movimento ecológico e os grupos religiosos. Até o início da Nova República, esse tipo de atuação ficou circunscrito aos setores econômicos da sociedade. O processo constituinte brasileiro trouxe à tona novas organizações e atores que a partir de então têm continuamente defendido seus projetos junto aos Poderes da República, em especial no Legislativo. Ou seja, a multiplicidade de interesses existentes na sociedade brasileira pode ser bem analisada mediante os diferentes grupos que se organizam e pressionam o Congresso Nacional.” (Diap:1997: pp. 2-3)

Na pesquisa, o Diap mapeou 15 bancadas atuantes no Congresso Nacional, que representavam diversos interesses e grupos desde o cooperativismo, a educação, a saúde, os direitos das mulheres, os religiosos, a agricultura familiar até os grandes proprietários de terra.

No caso da educação, a Bancada foi considerada de médio porte, como as bancadas da Comunicação, Agricultura Familiar, Amazônia e Saúde, com aproximadamente 79 deputados e um senador. Naquele momento, o objetivo principal da Bancada da Educação era acelerar a tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Tanto pelo perfil do coordenador à época, dep. Ubiratan Aguiar (PSDB/CE), como pela pauta de trabalho, a bancada aproximava-se de uma agenda com tendências mais próximas da educação pública. No entanto, o Diap também já apontava nesse estudo a existência de divergências ideológicas e de interesses de fundo na Bancada, com a atuação de dois frentes:

“Uma que defende o ensino privado e outra ligada ao ensino público. A primeira faz o *lobby* dos donos de escolas particulares, lutando pela liberalização da política de reajuste das mensalidades escolares e também por isenções de impostos para os estabelecimentos privados. Já a segunda se articula em defesa da educação pública e gratuita para todos. Pelo menos em relação a pronunciamentos, não há registro de

26 O estudo não foi publicado, mas consiste em importante fonte de pesquisa sobre os grupos de pressão que atuaram nesse período no Congresso Nacional. Ver Diap. *Guia das Bancadas no Congresso Nacional: quem é quem nos grupos de pressão*. Brasília, 1997.

apoio declarado à defesa do ensino privado. Contudo, quando se coloca em pauta assuntos referentes à manutenção do ensino público podemos destacar a atuação de vários parlamentares como os deputados Lindberg Farias (PCdoB/RJ), Ivan Valente (PT/SP), Esther Grossi (PT/ES), Marisa Serrano (PMDB/MS), Candido Mattos (PSDB/RJ), Paes Landim (PFL/PI) e Sérgio Carneiro (PDT/BA).” (Diap:1997: p. 48)

Portanto, essa dualidade ou divergência entre os dois setores da educação pode ser considerada antiga, pelo menos desde a Assembleia Nacional Constituinte, entre 1987 e 1988, e assume diversas formas segundo a Legislatura, a agenda em debate e a composição do Congresso Nacional.

3.1 Temas e Matérias em debate na educação: o Pronatec, o PNE e a Educação Superior

As últimas legislaturas ocorridas no Congresso Nacional podem ser descritas como legislaturas em que o consenso e a conciliação marcaram de forma significativa as decisões sobre variados temas e proposições. Nesse sentido, as diversas lideranças do Governo, da base de sustentação governista e da oposição frequentemente construíram consensos em torno das matérias em apreciação, não havendo necessidade de votações nominais, salvo em situações muito polêmicas.

Portanto, tanto a Câmara como o Senado votaram diversas proposições e seus substitutivos de forma simbólica nos últimos anos, com algumas ressalvas quanto a destaques. Tal fato não permitiu assim selecionar uma ampla gama de votações na área de educação que possibilitasse conhecer detalhadamente as posições de deputados e senadores tanto no âmbito geral, como nos temas relativos à Bancada da Educação.

Ainda assim, foi possível selecionar algumas matérias relevantes para mostrar as divergências e os dilemas presentes na definição da pauta e na atuação da Bancada da Educação e do Congresso Nacional. Após um amplo mapeamento das votações nominais na Legislatura anterior (2011-2015) e na Legislatura atual (2015-2019), três votações significativas foram escolhidas para análise.

O primeiro tema é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Criado em 2011, por meio da Lei 11.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país e contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, o Pronatec já ofereceu mais de 8 milhões de vaga, segundo dados do Ministério da Educação.

Quadro das Votações Nominais Selecionadas nas Legislaturas 2011-2015 e 2015-2019 - Câmara dos Deputados

Votação/Dados	Votação 1	Votação 2	Votação 3
Assunto	PL 1.209/2011 - Institui o Pronatec DVS DEM Emenda 28 § 2º - do total dos recursos financeiros de que trata o caput deste artigo, um mínimo de 30% deverá ser destinado para as regiões Norte e Nordeste com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica.	PL 8.035/2010 - Plano Nacional de Educação - DVS PDT - § 5º do Art. 5º- acréscimo ao Substitutivo do Senado Federal – reserva a meta de 10% do PIB para a educação nas instituições públicas.	PEC 395/2014 - 1º turno Autoria: dep. Alex Canziani e outros Altera a redação do inciso IV do art. 206 da Constituição Federal, referente à gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais e autoriza a universidade pública a cobrar por cursos de pós-graduação
Data	31/08/2011	03/06/2014	21/10/2015
Resultado	Sim: 198 Não: 170 Abst: 2 Total: 370	Sim: 269 Não: 118 Abs: 1 total: 388	Sim: 318 Não: 129 Abstenções:4 Total: 451

Fonte: Diap, 2015.

Na sessão da Câmara dos Deputados, de 31/08/2011, foram discutidos o PL 1.209/2011, do Poder Executivo, que institui o Pronatec, e as emendas de plenário apresentadas. O Governo Federal, bem como os líderes de vários partidos, destacaram durante toda a sessão a importância do programa para a qualificação da mão de obra brasileira e para a educação técnica e profissional. Já o PSOL fez uma crítica contundente ao papel do Pronatec e seus limites, conforme discurso do dep. Ivan Valente:

“O PRONATEC é a política do possível, não é a política de qualidade da educação profissional, não é a política de expansão do ensino técnico e tecnológico de qualidade. Ela é a possibilidade real. O Governo vai alegar que não tem dinheiro, porque paga 635 bilhões de juros: *Não há dinheiro no Orçamento, vamos fazer as parcerias*. As parcerias são com quem? Com as escolas privadas profissionalizantes de ensino técnico, cuja qualidade é muito inferior à das públicas, federais ou estaduais. É evidente que estamos dando ao pobre a escola pobre — é disso que se trata —, com isenção de impostos, pagamento de bolsas, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT, e treinando, qualificando mão de obra para empresa. O papel do Estado não é esse! O papel do Estado é conferir educação com cidadania, e uma educação de âmbito profissional de qualidade, para que o cidadão, sim, vá ver qual

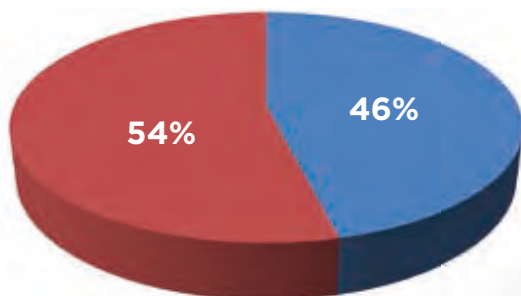
é a habilidade profissional e inserir-se no mercado de trabalho, e não a empresa determinar qual é a qualificação que o Estado vai pagar a ele.”²⁷

Nesse contexto da política do possível, com apoio maciço dos partidos da situação e boa parte da oposição, o substitutivo apresentado em plenário foi aprovado. Entre as votações nominais da matéria, está a Emenda 28, de autoria do deputado Onyx Lorenzoni e da deputada Gorete Pereira, ambos do DEM, que previa que do total de recursos financeiros no mínimo 30% deveriam ser destinados para as Regiões Norte e Nordeste, com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica. O deputado Alex Canziani (PTB/PR), relator da matéria na Comissão de Trabalho, considerou que era difícil definir um percentual para as duas regiões, visto que durante a execução do Pronatec, esses percentuais poderiam inclusive ser superados, tendo em vista a demanda existente.

No entanto, o plenário da Câmara dos Deputados, em votação disputada, aprovou a emenda por 198 votos contra 170. Ao analisar a posição dos deputados reeleitos em 2014 e atualmente ativos na Câmara os votos ficam praticamente iguais, demonstrando que o tema permanece provavelmente em disputa na Casa. Entretanto, ao olhar o comportamento dos deputados da Bancada da Educação - são 36 parlamentares com mandato na atual Legislatura e que votaram na Legislatura passada - há uma maioria dos que votaram contra a emenda (63,9%) e que, portanto, não eram favoráveis à instituição de um percentual mínimo de recursos para as regiões Norte e Nordeste.

27 Discurso do deputado Ivan Valente (PSOL/SP), na sessão de 31/08/2011. Conferir o link: <<http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=227.1.54.O&nuQuarto=94&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=16:06&sgFaseSessao=OD%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=31/08/2011&txApellido=ANTONIO%20CARLOS%20MENDES%20THAME&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final>> Acesso em 10/11/2015.

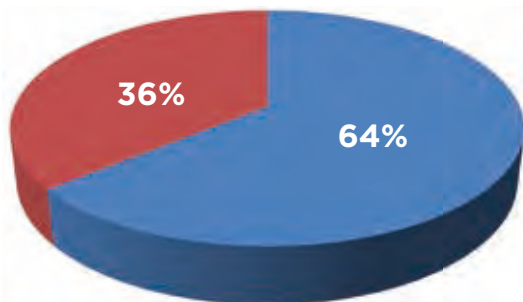
Votação PL 1209/2011 Votação total



■ Não ■ Sim

Fonte: Diap, 2015.

Votação PL 1209/2011 Deputados da bancada da educação

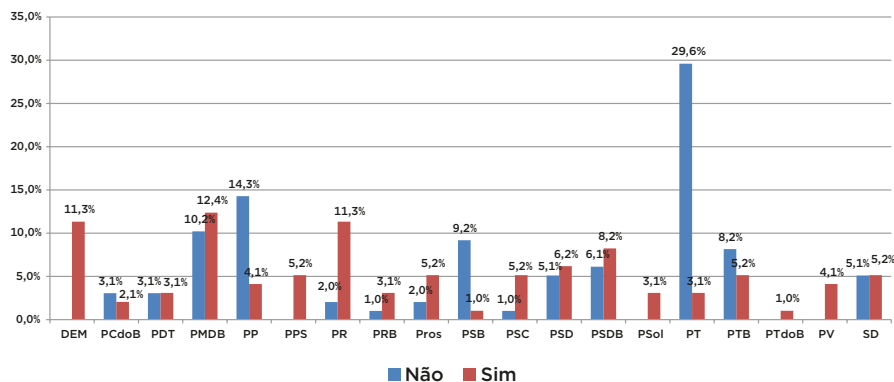


■ Não ■ Sim

Fonte: Diap, 2015.

Quanto ao comportamento das bancadas partidárias, houve uma clara divisão na votação, mais explícita na bancadas do PMDB, PDT, PSDB e PCdoB, conforme se pode constatar no gráfico abaixo, tendo o PT, o PSB e o PP votado de forma mais enfática pela rejeição da emenda.

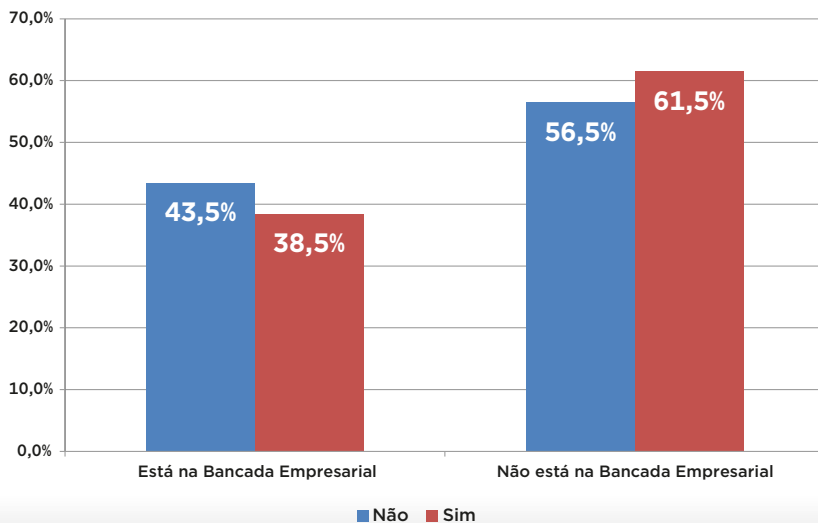
Votação - PL nº 1.209 de 2011 - Partido do Parlamentar



Fonte: Diap, 2015.

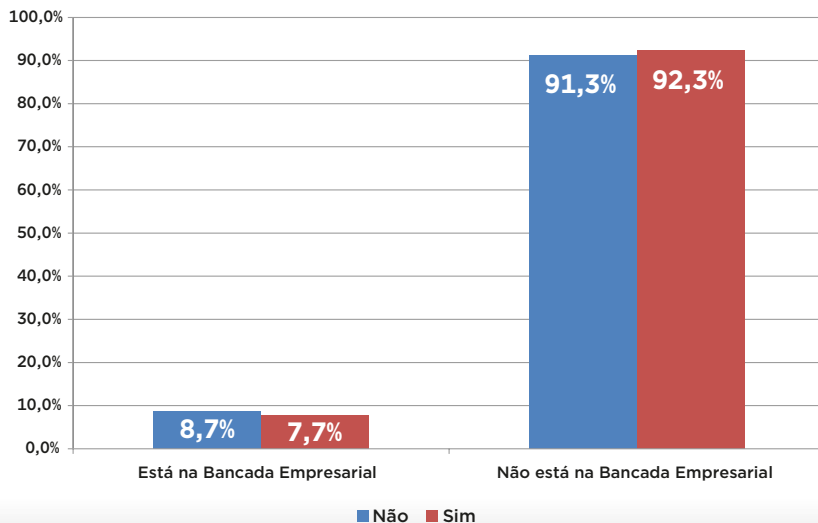
Já entre todos os membros da Bancada Sindical e da Bancada Empresarial presentes na votação da Emenda 28 ao PL 1.209/2011, a primeira foi claramente contra definir percentuais para as regiões Norte e Nordeste e a segunda ficou dividida, com predomínio dos votos favoráveis à emenda. Na Bancada da Educação ativa na atual Legislatura, os deputados da Bancada Sindical ficaram mais divididos e os da Bancada Empresarial contrários à emenda tiveram uma ligeira vantagem.

Votação - PL nº 1.209 de 2011 - Bancada Empresarial



Fonte: Diap, 2015.

Votação - PL nº 1.209 de 2011 - Bancada Sindical



Fonte: Diap, 2015.

O segundo tema que sinaliza para as ambivalências e disputas existentes na Bancada da Educação é o Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014 no Congresso Nacional e transformado na Lei 13.005/2014. Com a tramitação iniciada em 2010, o PNE levou quatro anos para sua apreciação e aprovação pela Câmara e pelo Senado, tendo nesse percurso inicial sofrido alterações substanciais. O PNE aborda diversos aspectos e temas da educação nacional. Para efeito desta análise, o tema da destinação das verbas públicas ou o financiamento da educação é o escolhido para mostrar com detalhe a atuação e o comportamento político da Bancada da Educação. Articulado com o segundo tema, há também o modelo de educação superior e o tipo de financiamento das universidades brasileiras.

Portanto, a segunda votação selecionada trata do financiamento da educação conforme definida pelo PL 8.035/2010 - Plano Nacional de Educação (PNE), ocorrida em 03/06/2014. Trata-se da votação do Destaque para votação em separado (DVS), do PDT, que propunha a rejeição do texto aprovado no Senado Federal relativo ao § 5º do Art. 5º do substitutivo e defendia a reserva da meta de 10% do PIB para a educação nas instituições públicas. O dep. Paulo Rubem Santiago (PDT/PE), em seu discurso pela defesa do texto apresentado pelo PDT, apresenta diversos elementos:

“E queremos deixar bem claro que os programas atuais que nós aprovamos neste plenário, oriundos desde o mandato do ex-presidente Fernando Henrique e do Governo do Presidente Lula — refiro-me ao PROUNI e ao FIES —, continuarão sendo financiados pelas fontes que nós conhecemos. Quais são as fontes que financiam o PROUNI? As renúncias tributárias de impostos e contribuições, que qualquer um dos Srs. Deputados poderá conferir na página da Receita Federal. O FIES é crédito e financiamento e vem tendo uma expansão vertiginosa de 2010 a 2014, saindo do montante de 1 bilhão e 700 milhões para o montante liquidado de 20 bilhões de reais. O nosso destaque, Sr. Presidente, Deputado Henrique Eduardo Alves, e Srs. Líderes, preserva a continuidade do FIES e do PROUNI, mas não os incorpora à meta dos 10% do PIB, porque evidentemente, se assim o fizermos, vai haver uma competição do financiamento do FIES e do PROUNI com o financiamento das metas da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, e especialmente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uma competição com o financiamento da universidade pública, da pesquisa acadêmica, da pós-graduação, do mestrado e do doutorado.”²⁸

Dessa forma, a intenção do PDT era definir a meta de 10% do PIB de investimentos públicos em educação pública, com a recuperação do texto original da Câmara dos

28 Conferir o discurso completo do dep. Paulo Rubem Santiago no link a seguir: <<http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=167.4.54.O&nuQuarto=1&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=16:26&sgFaseSessao=OD%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=03/06/2014&txApelido=PRESIDENTE&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final>> . Acesso em 21/11/2015.

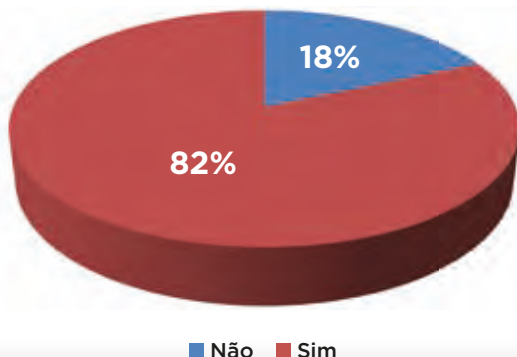
PDT, como o PCdoB, PSol, PSB, PPS e PV, com 30% dos votos³⁰. Entre os atuais deputados reeleitos em 2014, essa proporcionalidade de posições permanece, conforme podemos ver na tabela abaixo. No entanto, ao analisar a posição dos atuais deputados que pertencem à Bancada da Educação, percebe-se que há uma maioria (82%) que votou pelo substitutivo do Senado que define o financiamento público para a educação como um todo, o que poder-se-ia inferir a presença de um viés privatista. Conforme apontamos anteriormente, tal aspecto é de difícil mensuração visto que há uma complexidade de fatores e variáveis na definição da posição e do voto dos parlamentares, conforme se depreende do discurso do dep. Vanhoni.



Fonte: Diap, 2015.

30 Na votação da emenda é preciso esclarecer que voto Não é favorável à Emenda do PDT e o voto Sim é contra o destaque (DVS) e a favor do texto aprovado no Senado.

Votação PL 8035/2010 Deputados da bancada da educação



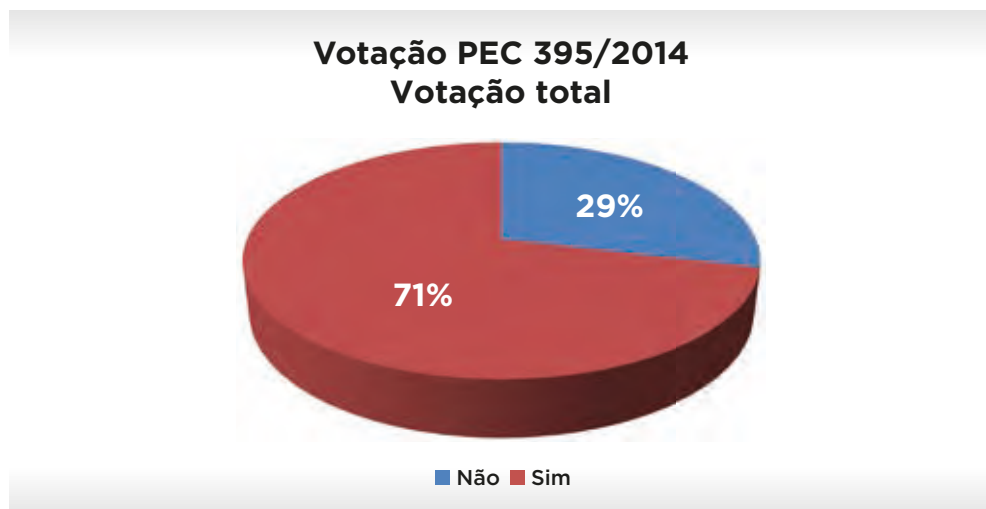
Fonte: Diap, 2015.

Na votação do destaque, os votos das atuais Bancadas Sindical e Empresarial, pode-se observar que os deputados sindicalistas ficaram divididos entre as verbas públicas para a educação pública e as verbas para a educação em geral e os deputados empresários apoiaram a manutenção do texto do Senado que garante o financiamento público para a educação como um todo. É relevante destacar que os membros das Bancadas Sindical e da Empresarial que pertencem atualmente à Bancada da Educação votaram em sua maioria pela emenda do PDT, 22,2% e 44,4% respectivamente, o que demonstra mais uma vez a presença de muitos fatores na definição do voto dos parlamentares.

Por fim, o último tema é referente à gratuidade do ensino público nas universidades públicas. Em 2014, o dep. Alex Canziani (PTB/PR), coordenador da Frente Parlamentar Mista da Educação, com apoio de vários parlamentares, apresentou a PEC 395, que altera a redação do inciso IV do art. 206 da Constituição Federal, referente à gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais³¹. Com a alteração constitucional prevista, a expectativa é autorizar a cobrança dos cursos de extensão, como treinamento e aperfeiçoamento, e os cursos de especialização nas instituições públicas. O substitutivo aprovado na Comissão Especial incluiu também o mestrado profissional no rol dos cursos que podem ser cobrados.

31 Junto com dep. Alex Canziani, 189 deputados assinaram a Proposta de Emenda à Constituição. Muitos pertencem à atual Bancada da Educação na Câmara dos Deputados, como os deputados Atila Lira (PSB/PI), Carlos Zarantini (PT/SP) e Lelo Coimbra (PMDB/ES).

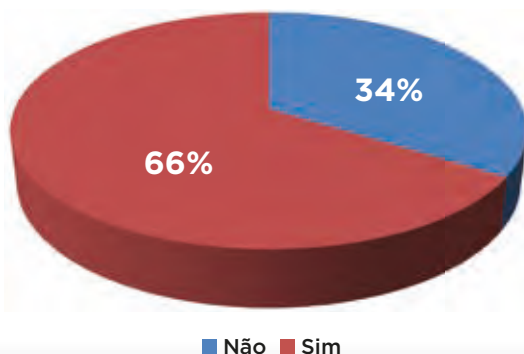
Desta forma, a terceira votação nominal selecionada refere-se à votação da PEC 395/2014 em primeiro turno na Câmara dos Deputados, ocorrida na sessão do dia 21/10/2015, com aprovação por 71% dos deputados e rejeição por 29%. Apesar da tentativa do PSol, com apoio do PCdoB e da Rede, que solicitou o adiamento da discussão da PEC em plenário, a votação foi defendida pelos líderes de vários partidos³². No entanto, algumas bancadas estavam divididas como o PT, o PSB e o próprio Governo e liberaram o voto dos parlamentares.



Fonte: Diap, 2015.

32 A exemplo do dep. Rogério Marinho (PSDB/RN), o argumento da segurança jurídica aparece em vários discursos para justificar a aprovação da PEC 395/2014: “Nós queremos aqui, na verdade, dar segurança jurídica ao que acontece em diversas faculdades por todo o Brasil, em diversas universidades por todo o Brasil, que são questionadas nos tribunais. Caso nós não tenhamos a possibilidade de ter segurança jurídica, vai impedir que nós possamos qualificar pessoas, formar profissionais de acordo com a necessidade da sociedade. Nós não queremos que uma universidade que custa caro ao Brasil fique de costas para a sociedade.” Conferir no link: <<http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=322.1.55.O&nuQuarto=12&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=20:10&sgFaseSessao=OD%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=21/10/2015&txApellido=HUGO%20MOTTA&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final>> Acesso em 21/11/2015.

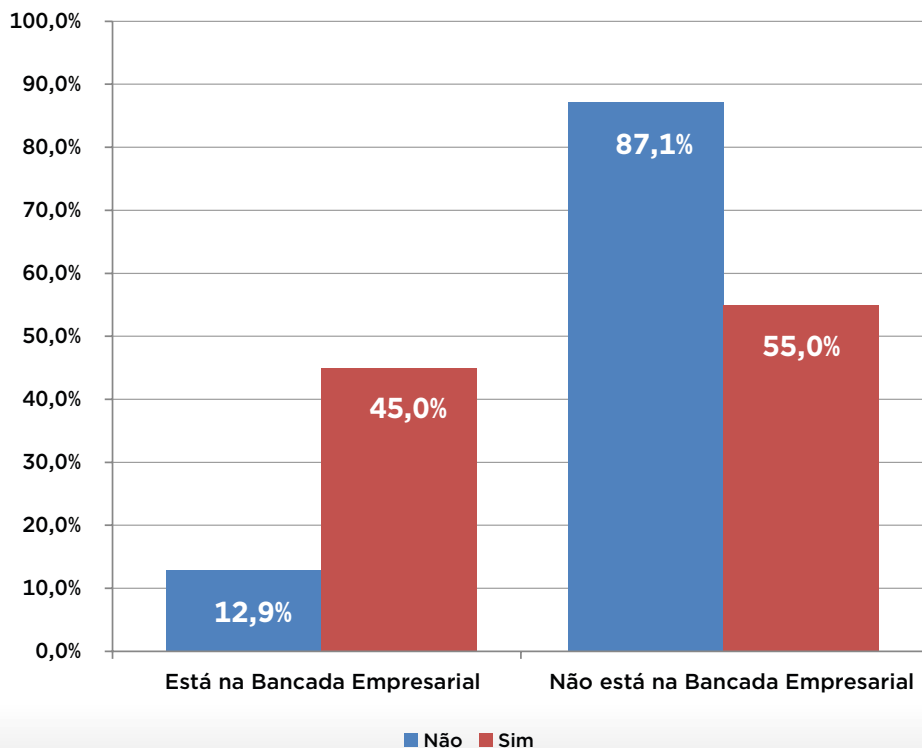
Votação PEC 395/2014 Deputados da bancada da educação



Fonte: Diap, 2015.

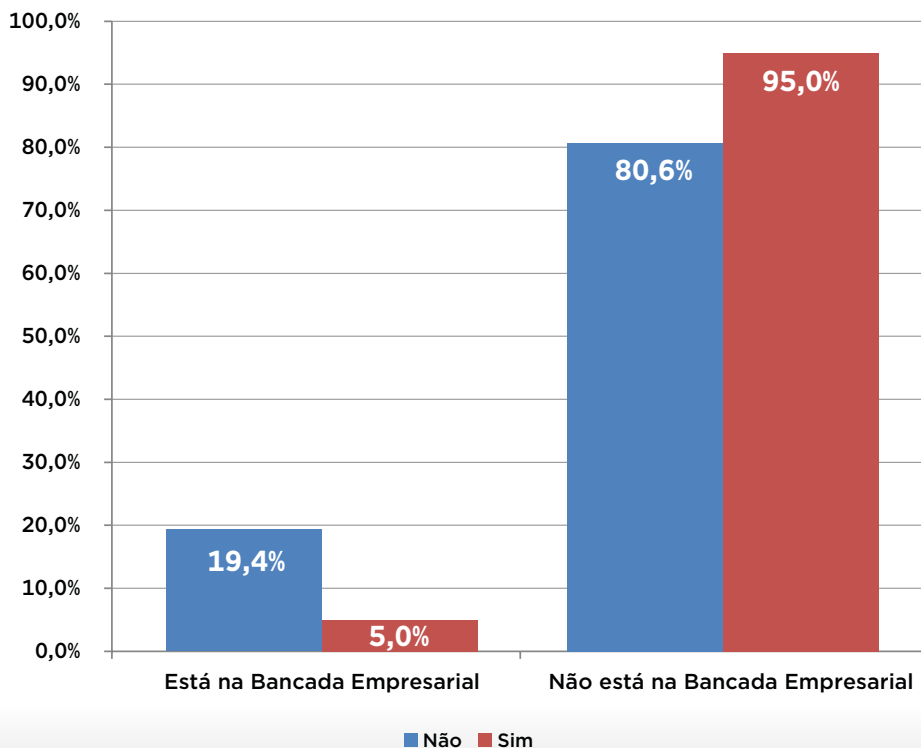
Entre os 92 deputados da atual Bancada da Educação que votaram na sessão, 66% foram favoráveis à PEC 395/2014 e 34% contrários. O PMDB e o PSDB apoiaram de forma majoritária a proposição, enquanto o PSB, o PT e o PCdoB tiveram suas bancadas votando na maior parte contra a proposição. A Bancada Sindical posicionou-se contra a PEC 395/2014, com a maior parte dos votos, enquanto a Bancada Empresarial em sua maioria aprovou a PEC.

Votação - PEC nº 395 de 2014 Bancada Empresarial



Fonte: Diap, 2015.

Votação - PEC nº 395 de 2014 Bancada Sindical



Fonte: Diap, 2015.

Para complementar o debate sobre os temas e matérias em apreciação no Congresso, destaca-se ainda o Programa Universidade para Todos (ProUni), mesmo sem votação nominal relevante na atual Legislatura e na anterior. Criado em 2004 pelo Governo Lula, foi regulamentado em 2005 pela Lei 11.096. Seu objetivo primordial é conceder bolsas de estudo integrais e parciais no ensino superior privado por meio de isenções fiscais. Nos seus dez anos de existência, o ProUni já foi avaliado por pesquisadores, pelo Executivo e Legislativo e já atendeu 1,4 milhão de estudantes, com cerca de 70% com bolsa integral³³.

33 Conforme o Ministério da Educação, esses dados se referem até o segundo semestre de 2014. Conferir <<http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>>. Acesso em 11/10/2015.

Avaliado muitas vezes como um programa que democratiza o acesso ao ensino superior com a ampliação da oferta de vagas, há também a avaliação de que o programa propiciou e ampliou a privatização da educação superior por meio da renúncia fiscal. Ainda em 2006, a pesquisadora Cristina Carvalho aponta alguns desses limites e ambiguidades do ProUni, ao mesmo tempo que considera que “é importante lembrar que a questão do acesso à educação superior permanece em aberto. Considerando-se sua legitimidade social, o programa pode trazer benefício simbólico do diploma àqueles que conseguirem permanecer no sistema e, talvez, uma chance real de ascensão social para poucos que estudaram no seletivo grupo de instituições privadas de qualidade.” (Carvalho: 2006: p.995)

3.2 Processo decisório e comportamento político da Bancada da Educação: resultados de pesquisa com deputados e senadores

Com o objetivo de aprofundar o conhecimento da atuação da Bancada da Educação no Congresso Nacional, o Diap aplicou um questionário com cinco questões³⁴. O Diap teve o intuito de mapear as tendências relativas ao comportamento político e parlamentar na área de educação, bem como verificar os principais grupos que defendem determinadas posições. Assim, houve a tentativa de verificar em que medida deputados e senadores atuam em prol de uma educação pública ou então escolhem a educação privada como a melhor solução para os problemas nacionais..

O questionário foi aplicado, entre agosto e outubro de 2015, aos 347 deputados e 48 senadores, que pertencem aos três fóruns considerados relevantes no debate e definição da agenda educacional: Comissões de Educação da Câmara e do Senado; Frente Parlamentar Mista da Educação e Frente Parlamentar em Defesa da Implantação do PNE. É preciso destacar que as turbulências políticas do segundo semestre de 2015 dificultaram a aplicação do questionário e o número de respostas. Mesmo assim, para efeito desta análise, há resultados suficientes que possibilitam conhecer mais a agenda e o comportamento político-parlamentar da Bancada da Educação.

Portanto, os dados mapeados a partir das respostas consideradas válidas de 85 deputados e 21 senadores configuram 16,5% da Câmara e 25,9% do Senado. Em relação à Bancada da Educação, 30 deputados e 20 senadores que correspondem a 27,5% da Bancada na Câmara e 42,5% da Bancada no Senado.

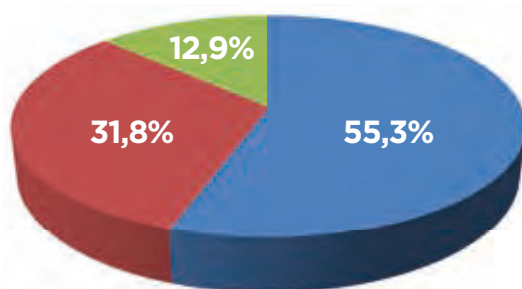
O conjunto de cinco questões teve o intuito de, na medida do possível, determinar as posições relativas à educação pública ou à educação privada com ou sem fins lucrativos.

34 Conferir no Anexo II o texto completo do questionário aplicado.

A primeira questão procurou conhecer qual é posição dos deputados e senadores sobre as modalidades de educação consideradas mais eficazes. Na Câmara dos Deputados, entre os 347 deputados contatados, 109 enviaram sua resposta ao questionário e 262 não responderam. Nos resultados analisados a seguir serão consideradas as respostas válidas, que totalizam 85 deputados³⁵.

Gráfico - Câmara dos Deputados (Legislatura 2015-2019)

Qual das três modalidades de educação é considerada mais eficaz?



- a) A educação pública estatal
- b) A educação privada com fins lucrativos
- c) A educação comunitária ou filantrópica

Fonte: Diap, 2015.

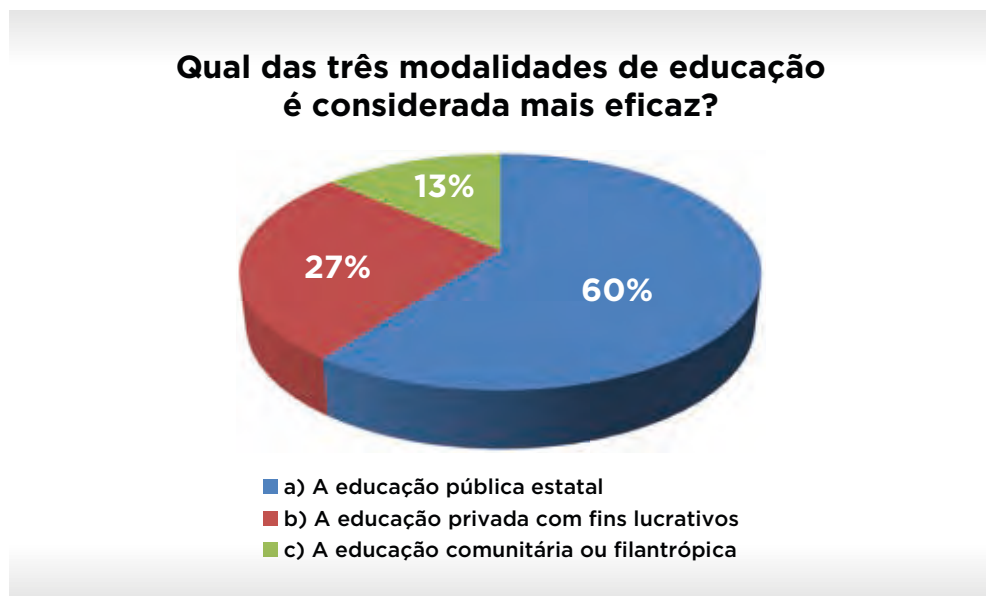
Os resultados encontrados podem ser interpretados a partir de vários aspectos. Primeiro ponto a ser destacado é que 55,3% dos deputados consultados escolhem como o modelo mais eficaz a educação pública estatal. No entanto, temos também um número expressivo de deputados – 31,8% - que aprovam a educação privada com fins lucrativos como o caminho mais adequado para a educação nacional e mais 12,9% que defendem a educação comunitária ou filantrópica.

A Bancada da Educação, por sua vez, é mais enfática na defesa da educação pública estatal com 60% favoráveis. Já 27% dos deputados optaram pela educação privada com fins lucrativos e 13% selecionaram a educação filantrópica ou comunitária como a melhor

35 Entre os 109 deputados que atenderam ao contato do Diap, 19 recusaram-se a responder tendo em vista diferentes motivações e 5 escolheram mais de uma opção de resposta, não consideradas para efeito da análise global dos resultados. Os 19 deputados que se recusaram a responder à pesquisa configuram também um resultado relevante, visto que, em nossa opinião, demonstra o nível de dificuldade de se posicionar em relação ao tema.

opção entre os 109 deputados que compõem o universo da Bancada da Educação³⁶. Por esses dados, poder-se-ia inferir que há pelo menos dois grupos distintos com posições antagônicas no âmbito da Bancada da Educação? Tal ponto será aprofundado mais tarde.

Gráfico - Câmara dos Deputados – Bancada da Educação (Legislatura 2015-2019)



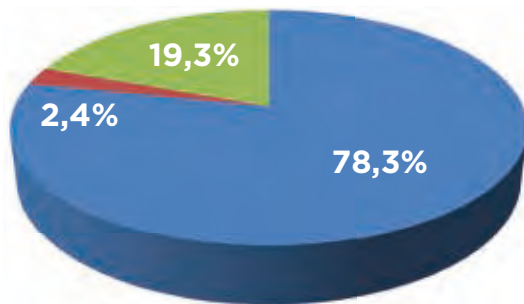
Fonte: Diap, 2015.

Ao tratar da segunda questão do questionário - prioridade de destinação ou alocação de recursos públicos por meio de emendas para a área de educação - percebe-se que, no âmbito das frentes parlamentares pesquisadas e da Comissão da Educação da Câmara, os deputados posicionam em sua maior parte pela destinação dos recursos para a educação pública estatal, com 78,3%, sendo que 19,3% consideram que a educação comunitária ou filantrópica deve receber prioritariamente os recursos públicos e apenas 2,4% defendem a destinação para a educação privada com fins lucrativos.

36 Cabe destacar que entre os 109 deputados que compõem a Bancada da Educação na Câmara dos Deputados, 30 deputados enviaram o questionário com respostas consideradas válidas para a análise, o que configura 27,5% da bancada.

Gráfico - Câmara dos Deputados (Legislatura 2015-2019)

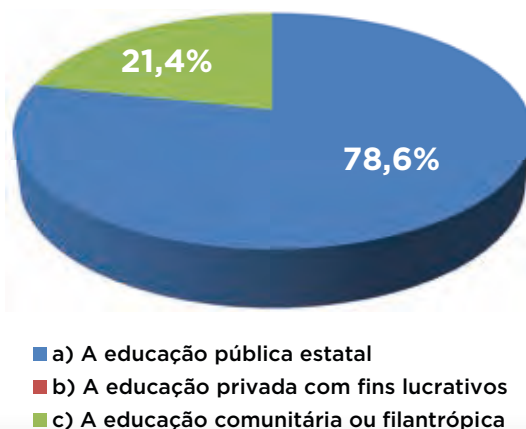
Qual a prioridade de destinação ou alocação de recursos orçamentários por meios de emendas para a área de educação?



- a) A educação pública estatal
- b) A educação privada com fins lucrativos
- c) A educação comunitária ou filantrópica

Fonte: Diap, 2015.

Na Bancada da Educação, essa diferença é também expressiva: 78,6% são favoráveis à destinar de forma prioritária para educação pública estatal e 21,4% para educação comunitária ou filantrópica e não houve respostas nessa questão que selecionasse a educação privada com fins lucrativos como destinatária de recursos orçamentários.

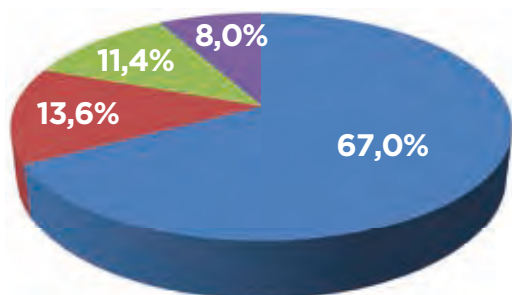
Gráfico - Câmara dos Deputados – Bancada da Educação (Legislatura 2015-2019)**Qual a prioridade de destinação ou alocação de recursos orçamentários por meios de emendas para a área de educação?**

Fonte: Diap, 2015.

Na terceira questão, a preocupação do Diap foi em conhecer a posição dos deputados sobre o melhor modelo para a educação superior no Brasil. 67% dos respondentes escolheram a universidade pública e estatal, com professores concursados e ocupantes de cargo efetivo. Em segundo lugar, 13% consideram que o melhor modelo é a instituição de organização social credenciada, com professores contratados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). 11,4% defendem o modelo de universidades privadas, sem fins lucrativos e professores contratados pela CLT e 8% posicionam-se pelo modelo de universidades privadas, com fins lucrativos e professores contratados pela CLT.

Gráfico - Câmara dos Deputados (Legislatura 2015-2019)

Qual seria o melhor modelo para educação superior no Brasil?

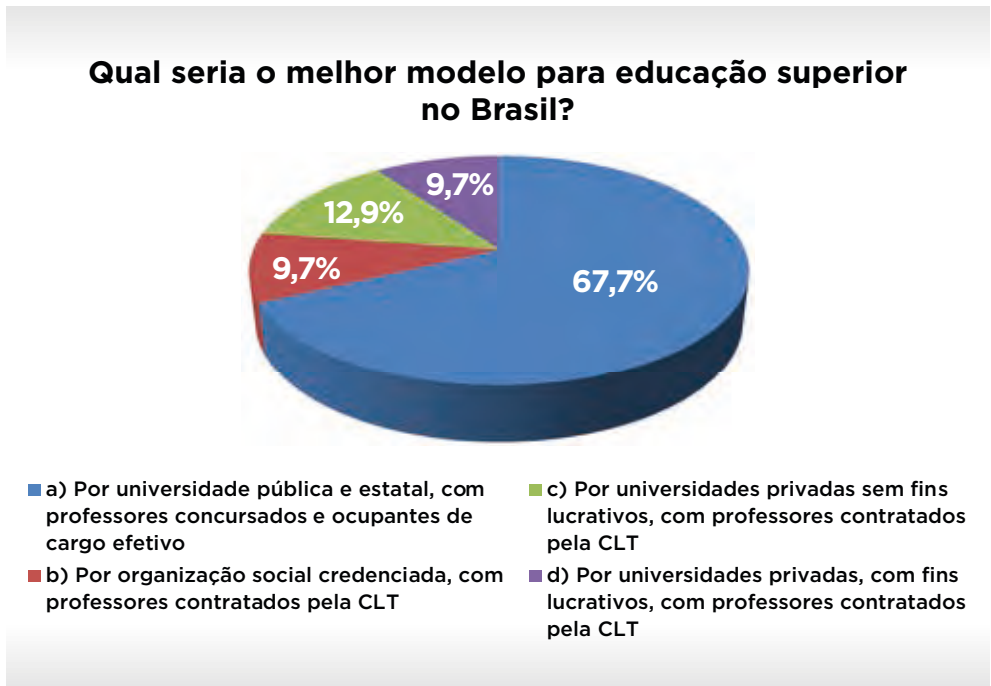


- a) Por universidade pública e estatal, com professores concursados e ocupantes de cargo efetivo
- b) Por organização social credenciada, com professores contratados pela CLT
- c) Por universidades privadas sem fins lucrativos, com professores contratados pela CLT
- d) Por universidades privadas, com fins lucrativos, com professores contratados pela CLT

Fonte: Diap, 2015.

A Bancada da Educação também é majoritariamente favorável ao modelo de universidade pública e estatal, com professores concursados e ocupantes de cargo efetivo, com 67,7% das respostas válidas, seguido de longe pelos outros modelos: organização social credenciada, com professores contratados pela CLT (9,7%); universidades privadas, sem fins lucrativos e professores contratados pela CLT (12,9%); e universidades privadas, com fins lucrativos e professores contratados pela CLT (9,7%).

Gráfico - Câmara dos Deputados – Bancada da Educação (Legislatura 2015-2019)

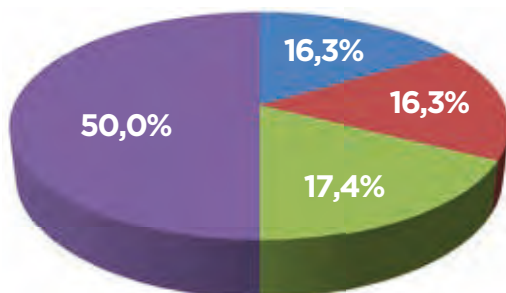


Fonte: Diap, 2015.

Presente na questão quatro do questionário, o tema da Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação gera certa divisão entre os deputados. Aproximadamente 50% consideram que o Plano Nacional de Educação (PNE), ao tratar da reforma curricular dos cursos de licenciatura e o estímulo à renovação pedagógica, com a valorização das práticas de ensino e dos estágios, é condição suficiente neste ponto, enquanto 17,4% são favoráveis à instituição de avaliação dos profissionais em todos os estados; 16,3% defendem a instituição de um plano de carreira do magistério em todos os estados e também 16,3% consideram que a implementação da Lei 11.738/2008, que trata do piso salarial profissional nacional, como a melhor opção. Da mesma forma, os deputados da Bancada da Educação que responderam à questão defendem que a medida adotada no PNE deve ser a prioridade da Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação com o percentual de 60% das respostas.

Gráfico - Câmara dos Deputados (Legislatura 2015-2019)

Qual a prioridade da política nacional de formação de profissionais da educação?



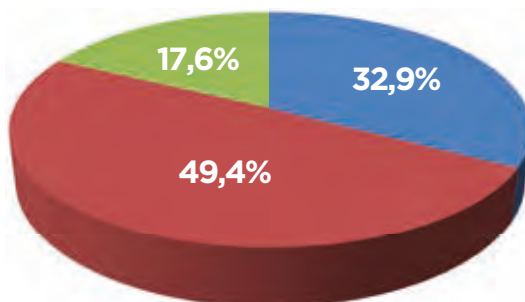
- a) A implementação da Lei 11.738/08, que trata do piso salarial profissional nacional
- b) A instituição de um plano de carreira do magistério em todos os estados
- c) A instituição de avaliação dos profissionais da educação em todos os estados
- d) A reforma curricular dos cursos de licenciatura e o estímulo à renovação pedagógica, com a valorização das práticas de ensino e dos estágios, conforme definido no PNE

Fonte: Diap, 2015.

Na questão cinco, procurou-se conhecer como opinam os deputados sobre as medidas dos governos para ampliar o ingresso de estudantes nas universidades brasileiras. Entre os deputados que responderam ao questionário, 49,4% enxergam que a prioridade deve ser dada à construção de novas universidades públicas, enquanto 32,9% defendem que abertura de vagas por meio de financiamento público, como o FIES, é a melhor opção e 17,6% entendem que abertura de vagas deve ocorrer por meio da renúncia fiscal, a exemplo de programas como o ProUni. Essa mesma proporção é encontrada entre os deputados que compõem a Bancada da Educação, com um ligeiro aumento nos percentuais relativos aos defensores da universidade pública: 54,8%; 29% e 16,1%, respectivamente.

Gráfico - Câmara dos Deputados (Legislatura 2015-2019)

O que deveria ser feito pelos governos para ampliar o ingresso de alunos nas universidades?

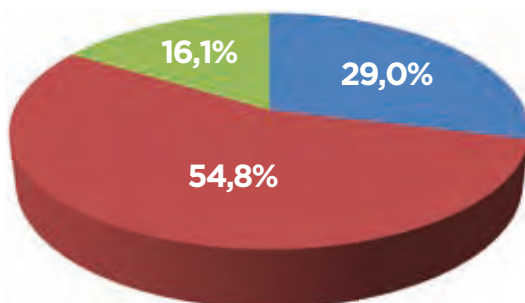


- a) Priorizar a abertura de vagas por meio do financiamento público, como o FIES
- b) Priorizar a construção de novas universidades públicas
- c) Priorizar a abertura de vagas por meio da renúncia fiscal, como o ProUni

Fonte: Diap, 2015.

Gráfico - Câmara dos Deputados – Bancada da Educação (Legislatura 2015-2019)

O que deveria ser feito pelos governos para ampliar o ingresso de alunos nas universidades?

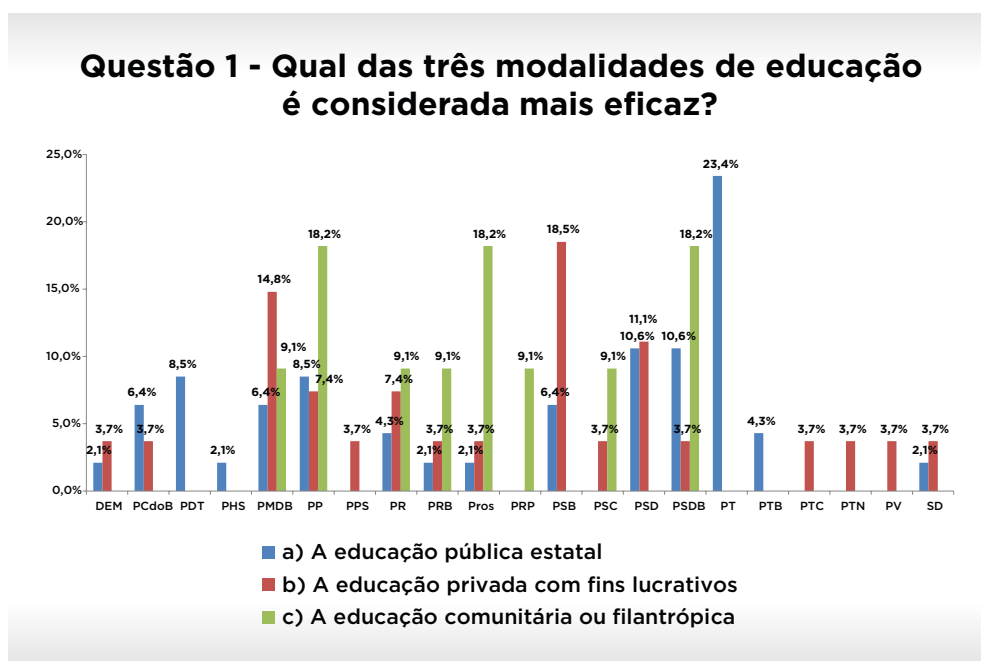


- a) Priorizar a abertura de vagas por meio do financiamento público, como o FIES
- b) Priorizar a construção de novas universidades públicas
- c) Priorizar a abertura de vagas por meio da renúncia fiscal, como o ProUni

Fonte: Diap, 2015.

Em relação ao posicionamento das bancadas partidárias, o PT e o PDT aparecem como os partidos que defendem de forma enfática a educação pública estatal, enquanto o PMDB, o PP e o PSDB se dividem entre os três modelos: público estatal, privada com fins lucrativos e filantrópica e comunitária. Ao tratar da prioridade de alocação de recursos públicos para a educação, a maior parte dos partidos considera em percentuais bastante próximos ora a educação pública ora a educação privada filantrópica ou comunitária, com o destaque para o fato de que grandes partidos como o PMDB, PT, PSDB e o PSB não mencionam a educação privada com fins lucrativos como prioridade. Apenas o PR destaca a educação privada com fins lucrativos como prioridade.

Gráfico - Câmara dos Deputados (Legislatura 2015-2019)



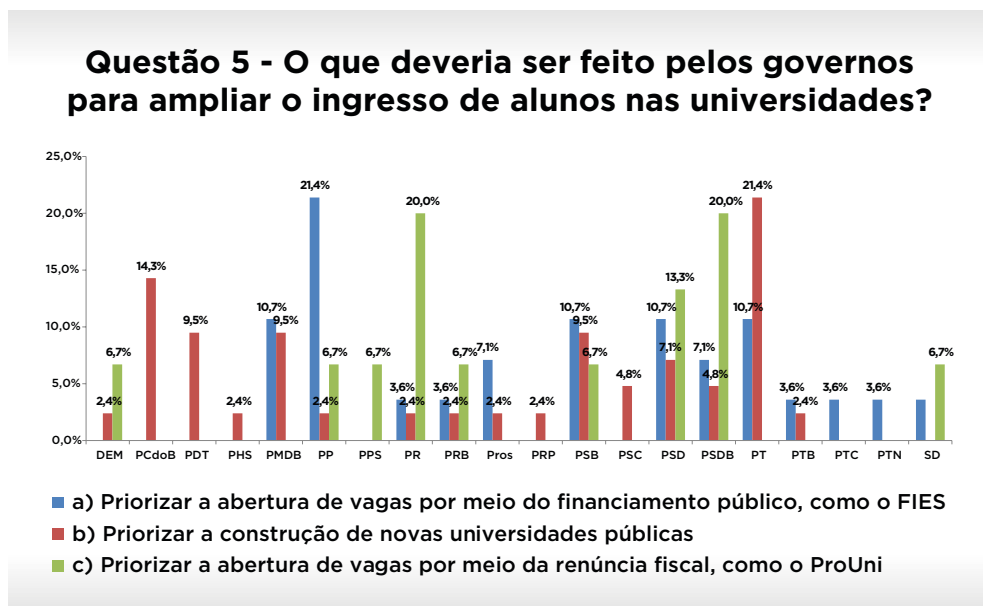
Fonte: Diap, 2015.

Da mesma forma, há uma divisão entre as bancadas partidárias ao selecionar o melhor modelo de educação superior no Brasil. Por exemplo, as universidades privadas sem fins lucrativos, com professores contratados pela CLT, constituem a opção mais selecionada por partidos como o PMDB, PDT e PSDB, enquanto PT prefere a universidade pública estatal. No entanto, PMDB, PT e o PSB consideram também a organização social credenciada, com professores contratados pela CLT, como um modelo factível. Além disso, outros partidos como o DEM, também o PMDB, o PSDB e o PSB defendem a

universidade privada com fins lucrativos, demonstrando que não há o predomínio de um modelo de educação superior, conforme a ótica partidária.

Essa divisão também se apresenta ao tratar das medidas para ampliar o ingresso de estudantes no ensino superior. O ProUni e o Fies são medidas consideradas positivas pela maioria dos partidos que responderam ao questionário, com exceção do PCdoB, PDT e PSC. No entanto, há também uma votação expressiva para as universidades públicas como a melhor opção, em particular nos partidos como o PCdoB, PDT, PT, PMDB e PSB.

Gráfico - Câmara dos Deputados (Legislatura 2015-2019)



Fonte: Diap, 2015.

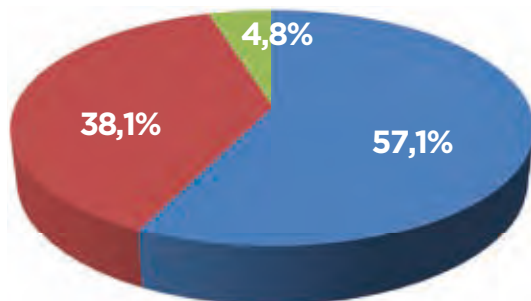
Ao considerar o recorte das bancadas suprapartidárias, percebe-se que a Bancada Empresarial, que conta com uma forte presença na Câmara dos Deputados, tem posições mais claras sobre os temas pesquisados: o modelo de educação mais eficaz é a educação privada filantrópica ou comunitária e a educação privada com fins lucrativos, com respectivamente com 63,6% e 48,1%; a prioridade dos recursos orçamentários deve ser para a educação privada com fins lucrativos; o melhor modelo de educação superior no Brasil é a organização social credenciada, com professores contratados pela CLT, com 75% das respostas; o FIES e o ProUni são as medidas necessárias para incrementar a participação de estudantes no ensino superior.

Já a Bancada Sindical tem posições divergentes da Bancada Empresarial: sua preferência é pela educação pública estatal, com a alocação de recursos orçamentários para a educação pública. Entretanto, na escolha do melhor modelo de educação superior, a Bancada Sindical se divide entre a universidade pública estatal com professores concursados e a organização social credenciada, com professores celetistas. Apesar de priorizar a construção de novas universidades públicas como a solução para o ingresso de mais estudantes no ensino superior, a Bancada Sindical também considera que o FIES é uma solução que deve ser adotada.

E quais são as posições da Bancada da Educação no Senado? Quais são seus posicionamentos em relação aos pontos já tratados aqui? 48 senadores foram consultados durante a pesquisa e 21 responderam ao questionário. Na primeira questão, sobre a modalidade de educação mais eficaz, os senadores acreditam que a educação pública estatal é o melhor modelo, com 57,1% de aceitação, enquanto 38,1% defendem a educação privada com fins lucrativos e apenas 4,8% consideram que educação privada filantrópica ou comunitária seja a melhor opção. Ou seja, no Senado, a divisão entre os parlamentares é maior do que na Câmara, quando há uma maioria mais confortável - aproximadamente 24% - pela educação pública estatal, conforme vimos. Na Bancada da Educação do Senado, os números são muito similares, visto que a maioria dos respondentes - 20 senadores - compõe a bancada no Senado.

Gráfico – Senado Federal (Legislatura 2015-2019)

Qual das três modalidades de educação é considerada mais eficaz?

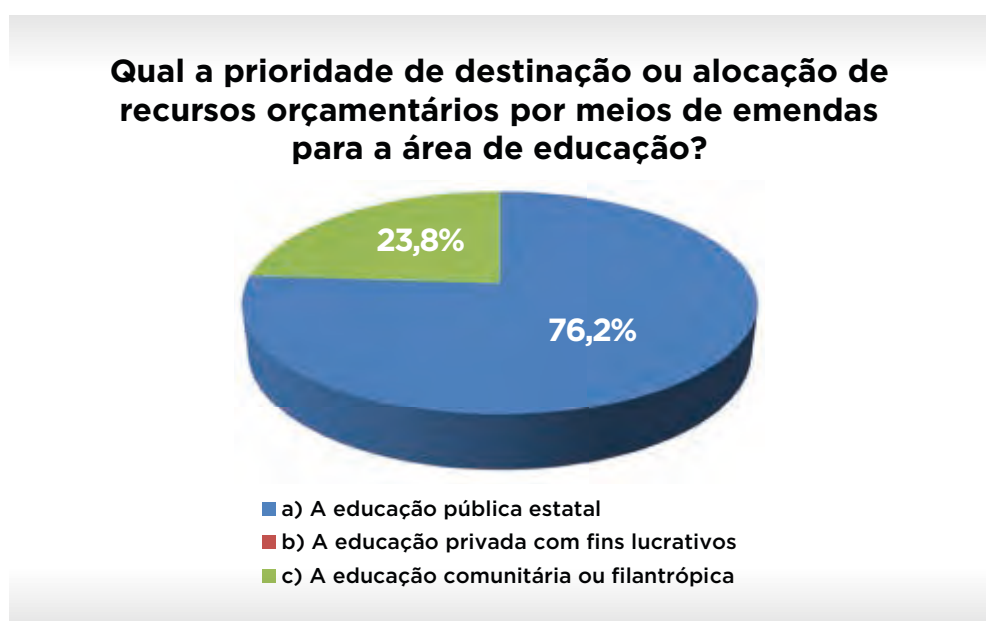


- a) A educação pública estatal
- b) A educação privada com fins lucrativos
- c) A educação comunitária ou filantrópica

Fonte: Diap, 2015.

No entanto, na segunda questão, é possível perceber uma pequena ambivalência nas respostas dos senadores ao questionamento sobre a prioridade na destinação ou alocação de recursos orçamentários por meio de emendas para a educação: 76,2% dariam prioridade à educação pública estatal e 23,8% escolheriam a educação comunitária ou filantrópica. Da mesma forma, a Bancada da Educação é majoritariamente favorável aos recursos orçamentários para a educação pública estatal. Em relação aos números encontrados na Câmara, os percentuais do Senado são maiores para a educação privada comunitária ou filantrópica quase cinco pontos, além da ausência de respostas que selecionaram a educação privada com fins lucrativos.

Gráfico – Senado Federal (Legislatura 2015-2019)

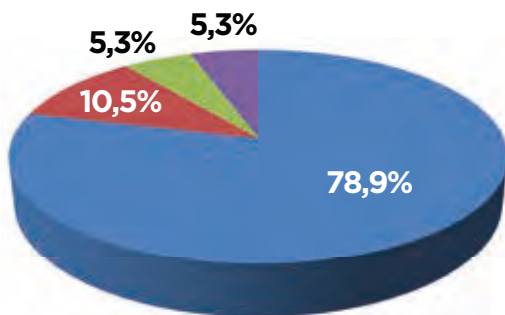


Fonte: Diap, 2015.

Na educação superior, os senadores também se posicionam de forma pronunciada pelo modelo da universidade pública estatal, com professores concursados e ocupantes de cargo efetivo, com 78,9% das respostas, onze pontos percentuais a mais do que na Câmara. Em segundo lugar, 10,5% dos senadores ouvidos escolhem o modelo de organização social credenciada, com professores contratados pela CLT. De todo modo, senadores e deputados, em sua maioria, são favoráveis a um modelo público estatal para a educação superior no Brasil.

Gráfico – Senado Federal (Legislatura 2015-2019)

Qual seria o melhor modelo para educação superior no Brasil?



■ a) Por universidade pública e estatal, com professores concursados e ocupantes de cargo efetivo

■ c) Por universidades privadas sem fins lucrativos, com professores contratados pela CLT

■ b) Por organização social credenciada, com professores contratados pela CLT

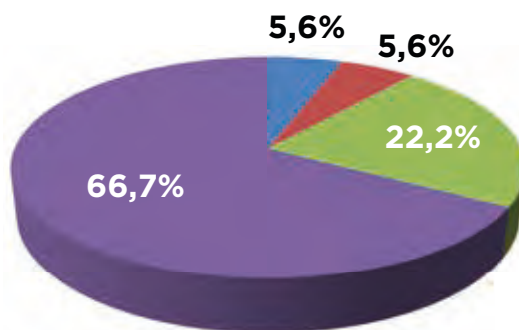
■ d) Por universidades privadas, com fins lucrativos, com professores contratados pela CLT

Fonte: Diap, 2015.

Ao tratar da Política nacional de formação para os profissionais da educação, o Senado claramente é favorável ao determinado no Plano Nacional de Educação (PNE): 66,7% dos senadores que responderam ao questionário defendem que é preciso fazer a reforma curricular dos cursos de licenciatura e estimular a renovação pedagógica com a valorização das práticas de ensino e estágio e 22,2% destacam que é necessário instituir a avaliação dos profissionais da educação em todos os estados da Federação.

Gráfico – Senado Federal (Legislatura 2015-2019)

Qual a prioridade da política nacional de formação de profissionais da educação?



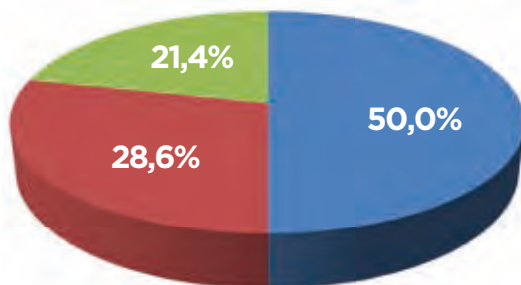
- a) A implementação da Lei 11.738/08, que trata do piso salarial profissional nacional
- b) A instituição de um plano de carreira do magistério em todos os estados
- c) A instituição de avaliação dos profissionais da educação em todos os estados
- d) A reforma curricular dos cursos de licenciatura e o estímulo à renovação pedagógica, com a valorização das práticas de ensino e dos estágios, conforme definido no PNE

Fonte: Diap, 2015.

A ampliação do ingresso de estudantes nas universidades é outro tema abordado pela pesquisa que traz algumas diferenças entre a Câmara e o Senado. Enquanto na Câmara, dos deputados tanto da Bancada da Educação como de forma geral entendem que a solução para esse tema é investir mais na construção de novas universidades públicas, no Senado a escolha recai na abertura de mais vagas por meio do FIES, com 50% das respostas. Logo em seguida, os senadores consideram que a universidade pública deve ser priorizada na oferta de mais vagas para os estudantes, com 28,6%, e, por último, a prioridade seria a abertura de mais vagas por meio da renúncia fiscal a partir do ProUni, com 21,4%.

Gráfico - Senado Federal (Legislatura 2015-2019)

O que deveria ser feito pelos governos para ampliar o ingresso de alunos nas universidades?

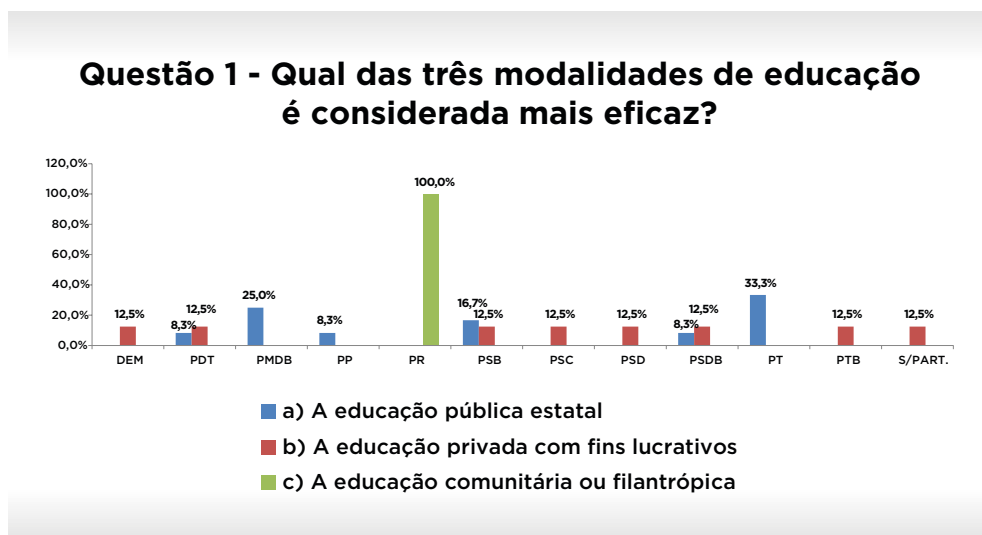


- a) Priorizar a abertura de vagas por meio do financiamento público, como o FIES
- b) Priorizar a construção de novas universidades públicas
- c) Priorizar a abertura de vagas por meio da renúncia fiscal, como o ProUni

Fonte: Diap, 2015.

Sob a ótica partidária, as respostas dos senadores são muito diversas. Na primeira questão, o PT e o PMDB votam pela educação pública estatal como o modelo mais eficaz. Já o PDT, o PSB e o PSDB defendem tanto a educação pública como a educação privada com fins lucrativos, enquanto o DEM, o PSC, o PSD e o PTB consideram que a educação privada com fins lucrativos é a solução. E somente o PR escolhe o modelo da educação privada comunitária e filantrópica. Na segunda questão, que trata da destinação de recursos orçamentários para a educação, praticamente todos os partidos elegeram a educação pública estatal (DEM, PDT, PMDB, PSB, PSC, PSDB, PT e PTB) e também escolheram a educação privada comunitária e filantrópica (PDT, PMDB e PT).

Gráfico - Senado Federal (Legislatura 2015-2019)

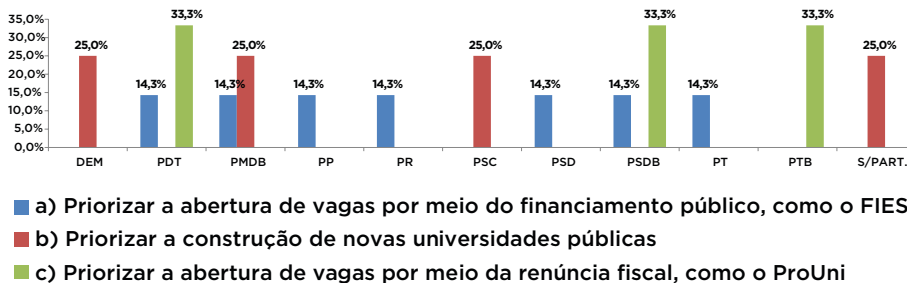


Fonte: Diap, 2015.

Quanto ao melhor modelo de educação para o ensino superior no Brasil, partidos como o PT, o PSB e o PMDB escolhem a universidade pública com professores concursados, enquanto o PDT tem predileção pela universidade privada sem fins lucrativos, com professores celetistas e o PSDB tem preferência por organizações sociais credenciadas, com professores contratados pela CLT. Ainda sobre os meios necessários para aumentar o ingresso de estudantes no ensino superior, o ProUni e o FIES são consideradas as boas soluções para esse problema por boa parte dos partidos, enquanto a construção de universidades públicas é escolhida por parte do PMDB, PSC e do DEM.

Gráfico - Senado Federal (Legislatura 2015-2019)

Questão 5 - O que deveria ser feito pelos governos para ampliar o ingresso de alunos nas universidades?



Fonte: Diap, 2015.

Enfim, pode-se inferir que a Bancada da Educação na Câmara e no Senado tem posições que valorizam a educação pública estatal, a prioridade dos recursos públicos para a educação pública, além de considerar que o melhor modelo para a educação superior brasileira ainda é a universidade pública, com professores concursados e ainda se divide sobre as ações necessárias na formação de professores e na ampliação das medidas de ingresso de estudantes ao ensino superior. No entanto, há um grupo considerável de parlamentares que foram ouvidos na pesquisa que postularam posições que valorizam a educação privada com fins lucrativos e a educação comunitária e filantrópica, além de direcionar recursos públicos para a educação privada filantrópica e comunitária e com fins lucrativos.

Considerando também a ótica partidária, há posições bastante divergentes em relação aos temas da educação abordados aqui, indicando que as posições políticas e legislativas não estão consolidadas e bem definidas. É possível aqui também agregar como exemplo dessas divisões e ambivalências os deputados e senadores, com diferentes inserções ideológicas e partidárias, que responderam a mais de uma alternativa seja quanto ao modelo de educação mais eficaz ou então sobre a medida dos governos para ampliar o ingresso de estudantes nas universidades.

Como o Diap priorizou ouvir na pesquisa os parlamentares que estão envolvidos diretamente com o debate e a definição da pauta da educação no âmbito das comissões permanentes e dos fóruns institucionais, como as bancadas parlamentares, pode-se considerar que permanece como uma pauta relevante e em disputa na educação brasileira a definição de modelos e prioridades ora com ênfase no público estatal, ora no privado com fins lucrativos ou não.

4. Considerações Finais

O perfil do novo Congresso Nacional eleito em 2014 já foi abordado em várias análises, tendo o Diap destacado o avanço das forças conservadoras e a diminuição da representação dos trabalhadores. Basta compararmos, por exemplo, a presença da bancada empresarial com a Bancada Sindical no Parlamento Brasileiro, para perceber claramente a situação desvantajosa existente hoje para a agenda dos trabalhadores e as possíveis ameaças aos direitos sociais, trabalhistas, sindicais, previdenciários e políticos.

Na edição recente da Agenda Legislativa dos Trabalhadores, de 2015, o Diap destaca a conjuntura francamente desfavorável aos trabalhadores e a importância de mapear e informar as principais ameaças e oportunidades existentes hoje no Congresso Nacional (Diap:2015, p. 3).

No caso da educação, há o exemplo recente da PEC 395/2014, que altera a redação do inciso IV do art. 206 da Constituição Federal, referente à gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais e autoriza as universidades públicas a cobrar por cursos de pós-graduação. Aprovada em 1º turno na Câmara dos Deputados em outubro passado, a PEC 395/2014 sinaliza para movimentações, que na opinião de vários parlamentares posicionados mais à esquerda, voltadas para o processo de privatização de parte da pós-graduação brasileira.

O estudo feito aqui demonstra que tanto na Câmara como no Senado há um conjunto expressivo de parlamentares que ainda consideram e defendem o modelo de educação pública e a destinação dos recursos públicos para a educação pública. No entanto, há também grupos de parlamentares que votam por soluções e modelos não restritos ao modelo da educação pública, com apoio a iniciativas e projetos como a PEC 395/2014. Ou seja, a agenda educacional como um todo no Congresso Nacional é permeada por diversas variáveis, como as posições político-ideológicas, a inserção econômica dos parlamentares e a conjuntura econômica e política do país.

Nesse sentido, nos termos aqui definidos, o perfil da Bancada da Educação mostra que a forte presença empresarial no Congresso Nacional, articulada com o financiamento empresarial de campanha, poderá levar a retrocessos no campo da educação. A atual correlação de forças tanto no Poder Executivo como no Poder Legislativo é desfavorável aos defensores da educação pública.

Dessa forma, é possível afirmar que a mercantilização e a privatização da educação brasileira poderão se aprofundar e levar a uma situação extremamente recessiva e difícil, com a perda de várias conquistas e direitos e a imposição mais incisiva das regras do mercado. As diferentes expressões do Estado, acudado por uma agenda neoliberal, podem

levar a desigualdades mais profundas do que as atualmente vividas no Brasil e na América Latina³⁷, com uma agenda baseada na regressividade social e política.

Pode-se inferir a partir dos dados mapeados pelo Diap no Congresso Nacional a existência, ainda com muitas ambivalências, de um bloco que defende a educação pública e outro bloco que defende o modelo de educação privada no Brasil. Os principais articuladores e formuladores da Bancada da Educação, a exemplo dos deputados Alex Canziani (PTB/PR), Pedro Uczai (PT/SC), Lelo Coimbra (PMDB/ES), Izalci (PSDB/DF), Alice Portugal (PCdoB/BA), Maria do Rosário (PT/RS), Profa. Marcivânia (PT/AP), Leo de Brito (PT/AC), Ságua Moraes (PT/MT), Profa. Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Saraiva Felipe (PMDB/MG) e os senadores Cristovam Buarque (PDT/DF) e Fátima Bezerra (PT/RN), atuam de forma constante pela área de educação junto aos principais interlocutores como o Ministério da Educação, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento e Orçamento.

Entretanto, conforme vimos, a pauta da Bancada da Educação não é consensual em vários aspectos, o que reflete a diversidade das posições políticas e partidárias de deputados e senadores e torna cada vez mais complexo tomar como princípio que o comportamento parlamentar assumo, de antemão, esta ou aquela perspectiva.

De todo modo, tais dificuldades não impedem o mapeamento de tendências, de grupos ou de interesses em disputa. Pode-se concluir que o estudo aqui apresentado fez o esforço de clarear as fronteiras existentes no debate sobre o público e privado na educação nacional e mostrar, na medida do possível, as possibilidades, os caminhos e as dificuldades para as instituições e pessoas que consideram fundamental a permanência da educação pública como um espaço formativo democrático, plural e diverso, cujo fim é a construção de uma sociedade igualitária e autônoma.

37 A pensadora Irmgard Emmelhainz destaca no artigo “La vulnerabilidad, una nueva teoría del poder”, que a forma de governar das democracias regidas pela economia política neoliberal, resultante das múltiplas expressões da ordem mundial, implica na adoção de governos diferenciais e com zonas até de exceção, necessárias para o controle da população e, conseqüentemente, das mercadorias, dinheiro e pessoas. Conferir o artigo publicado na Revista Nexos: <http://cultura.nexos.com.mx/?p=9426#_ftn5> . Acesso em 27/11/2015.

5. Referências

- BACKES, Ana Luiza e VOGEL, Luiz Henrique. *Financiamento de Campanhas: problemas do modelo atual e opções legislativas para enfrentá-los*. Câmara dos Deputados: Consultoria Legislativa, 2014.
- BORGES, Thiago Daher Padovezi. *Os partidos políticos e o financiamento empresarial das campanhas legislativos para a Câmara dos Deputados: um estudo sobre as doações empresariais e as carreiras nas eleições de 2006*. 2012, 36º Anpocs.
- CARVALHO, Cristina Helena Almeida. *O PROUNI no Governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior*. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 27, nº 96 – Especial, p. 979-1000, out. 2006.
- _____. *A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas*. Revista Brasileira de Educação, v.18 nº 54, jul-set 2013.
- Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – Diap. *Radiografia do Novo Congresso: Legislação 2015-2019*. Brasília: 2014.
- _____. *Agenda Legislativa dos Trabalhadores 2015*. Brasília: 2015.
- FERNANDES, Florestan. *O Processo Constituinte. Assembleia Nacional Constituinte 1987-1988*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.
- MACHADO, Marcela. *Doação ou investimento? A atuação legislativa dos parlamentares da Bancada Ruralista e a questão do financiamento de campanhas*. 2014, 38º Anpocs.
- MANCUSO, Wagner e SPECK, Bruno. *Financiamento de campanhas e prestação de contas*. Cadernos Adenauer XV, (2014) nº I.
- QUEIROZ, Antônio Augusto de. *Por dentro do processo decisório: como se fazem as leis*. Brasília: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - Diap, 2006.
- SANTOS, Rodrigo Dolandeli. *Grandes Empresários e Sucesso Eleitoral nas eleições de 2002, 2006 e 2010*. 2011, 35º Anpocs.
- _____. *O perfil de financiamento de campanha dos maiores grupos econômicos nas eleições de 2010*. 2012, 36º Anpocs.
- SANTOS, Manoel L. et al. *Financiamento de campanha e apoio parlamentar à Agenda Legislativa da Indústria na Câmara dos Deputados*. Opinião Pública, Campinas, vol. 21, nº 1, abril, 2015, pp. 33-59.
- SPECK, Bruno e MANCUSO, Wagner. *Financiamento, capital político e gênero: um estudo de determinantes do desempenho eleitoral nas eleições legislativas brasileiras de 2010*. 2012, 36º Anpocs.

6. Anexos

6.1 Composição da Bancada da Educação (Câmara dos Deputados e Senado Federal)

LISTA DE DEPUTADOS DA BANCADA DA EDUCAÇÃO (em ordem alfabética)

Deputado	Partido	UF	Deputado	Partido	UF
Adelmo Carneiro Leão	PT	MG	Leandre	PV	PR
Alessandro Molon	PT	RJ	Lelo Coimbra	PMDB	ES
Alex Canziani	PTB	PR	Léo de Brito	PT	AC
Alex Manente	PPS	SP	Leônidas Cristino	Pros	CE
Alexandre Serfiotis	PSD	RJ	Lobbe Neto	PSDB	SP
Alice Portugal	PCdoB	BA	Luiz Carlos Ramos	PSDC	RJ
Aliel Machado	PCdoB	PR	Luiz Nishimori	PR	PR
Ana Perugini	PT	SP	Margarida Salomão	PT	MG
Angelim	PT	AC	Maria do Rosário	PT	RS
Antonio Balhmann	Pros	CE	Mariana Carvalho	PSDB	RO
Arnon Bezerra	PTB	CE	Max Filho	PSDB	ES
Atila Lins	PSD	AM	Miro Teixeira	Pros	RJ
Átila Lira	PSB	PI	Moses Rodrigues	PPS	CE
Bacelar	PTN	BA	Nilson Pinto	PSDB	PA
Baleia Rossi	PMDB	SP	Odair Cunha	PT	MG
Betinho Gomes	PSDB	PE	Odorico Monteiro	PT	CE
Beto Faro	PT	PA	Orlando Silva	PCdoB	SP
Beto Salame	Pros	PA	Osmar Serraglio	PMDB	PR
Bonifácio Andrada	PSDB	MG	Otávio Leite	PSDB	RJ
Brunny	PTC	MG	Paes Landim	PTB	PI
Caio Narcio	PSDB	MG	Pastor Eurico	PSB	PE
Carlos Sampaio	PSDB	SP	Patrus Ananias	PT	MG
Carlos Zarattini	PT	SP	Paulo Teixeira	PT	SP
Celso Jacob	PMDB	RJ	Pedro Fernandes	PTB	MA
Celso Pansera	PMDB	RJ	Pedro Uczai	PT	SC
Cesar Halum	PRB	TO	Pompeo de Mattos	PDT	RS
Damião Feliciano	PDT	PB	Professor Victório Galli	PSC	MT

Deputado	Partido	UF	Deputado	Partido	UF
Daniel Almeida	PCdoB	BA	Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM	TO
Danilo Forte	PMDB	CE	Professora Marcivânia	PT	AP
Danrlei de Deus Hinterholz	PSD	RS	Rafael Motta	Pros	RN
Diego Andrade	PSD	MG	Raimundo Gomes de Matos	PSDB	CE
Diego Garcia	PHS	PR	Raquel Muniz	PSC	MG
Domingos Neto	Pros	CE	Reginaldo Lopes	PT	MG
Dr. Jorge Silva	Pros	ES	Ricardo Barros	PP	PR
Elcione Barbalho	PMDB	PA	Ricardo Izar	PSD	SP
Evandro Gussi	PV	SP	Ricardo Tripoli	PSDB	SP
Ezequiel Fonseca	PP	MT	Rogério Marinho	PSDB	RN
Fábio Garcia	PSB	MT	Rogério Rosso	PSD	DF
Felipe Bornier	PSD	RJ	Ságuas Moraes	PT	MT
Florianio Pesaro	PSDB	SP	Samuel Moreira	PSDB	SP
Geraldo Resende	PMDB	MS	Saraiva Felipe	PMDB	MG
Giuseppe Vecchi	PSDB	GO	Sérgio Vidigal	PDT	ES
Givaldo Carimbão	Pros	AL	Shéridan	PSDB	RR
Givaldo Vieira	PT	ES	Toninho Pinheiro	PP	MG
Glauber Braga	PSB	RJ	Valtenir Pereira	Pros	MT
Helder Solomão	PT	ES	Victor Mendes	PV	MA
Heráclito Fortes	PSB	PI	Wadson Ribeiro	PCdoB	MG
Izalci	PSDB	DF	Waldenor Pereira	PT	BA
João Derly	PCdoB	RS	Walter Ihoshi	PSD	SP
Jorginho Mello	PR	SC	Weliton Prado	PT	MG
Josi Nunes	PMDB	TO	Weverton Rocha	PDT	MA
Jozi Rocha	PTB	AP	Wilson Filho	PTB	PB
Kaio Maniçoba	PHS	PE	Zeca Dirceu	PT	PR
Keiko Ota	PSB	SP	Zenaide Maia	PR	RN
Laércio Oliveira	SD	SE			

LISTA DE DEPUTADOS DA BANCADA DA EDUCAÇÃO (por partido)

Partido	Deputado	UF	Partido	Deputado	UF
DEM	Professora Dorinha Seabra Rezende	TO	PSDB	Raimundo Gomes de Matos	CE
PCdoB	Alice Portugal	BA	PSDB	Izalci	DF
PCdoB	Daniel Almeida	BA	PSDB	Max Filho	ES
PCdoB	Wadson Ribeiro	MG	PSDB	Giuseppe Vecci	GO
PCdoB	Aliel Machado	PR	PSDB	Bonifácio Andrada	MG
PCdoB	João Derly	RS	PSDB	Caio Narcio	MG
PCdoB	Orlando Silva	SP	PSDB	Nilson Pinto	PA
PDT	Sérgio Vidigal	ES	PSDB	Betinho Gomes	PE
PDT	Weverton Rocha	MA	PSDB	Otavio Leite	RJ
PDT	Damião Feliciano	PB	PSDB	Rogério Marinho	RN
PDT	Pompeo de Mattos	RS	PSDB	Mariana Carvalho	RO
PHS	Kaio Maniçoba	PE	PSDB	Shéridan	RR
PHS	Diego Garcia	PR	PSDB	Carlos Sampaio	SP
PMDB	Danilo Forte	CE	PSDB	Floriano Pesaro	SP
PMDB	Lelo Coimbra	ES	PSDB	Lobbe Neto	SP
PMDB	Saraiva Felipe	MG	PSDB	Ricardo Tripoli	SP
PMDB	Geraldo Resende	MS	PSDB	Samuel Moreira	SP
PMDB	Elcione Barbalho	PA	PSDC	Luiz Carlos Ramos	RJ
PMDB	Osmar Serraglio	PR	PT	Angelim	AC
PMDB	Celso Jacob	RJ	PT	Léo de Brito	AC
PMDB	Celso Pansera	RJ	PT	Professora Marcivânia	AP
PMDB	Baleia Rossi	SP	PT	Waldenor Pereira	BA
PMDB	Josi Nunes	TO	PT	Odorico Monteiro	CE
PP	Toninho Pinheiro	MG	PT	Givaldo Vieira	ES
PP	Ezequiel Fonseca	MT	PT	Helder Solomão	ES
PP	Ricardo Barros	PR	PT	Adelmo Carneiro Leão	MG
PPS	Moses Rodrigues	CE	PT	Margarida Salomão	MG
PPS	Alex Manente	SP	PT	Odair Cunha	MG
PR	Luiz Nishimori	PR	PT	Patrus Ananias	MG
PR	Zenaide Maia	RN	PT	Reginaldo Lopes	MG
PR	Jorginho Mello	SC	PT	Weliton Prado	MG
PRB	Cesar Halum	TO	PT	Ságuas Moraes	MT

Partido	Deputado	UF	Partido	Deputado	UF
Pros	Givaldo Carimbão	AL	PT	Beto Faro	PA
Pros	Antonio Ballmann	CE	PT	Zeca Dirceu	PR
Pros	Domingos Neto	CE	PT	Alessandro Molon	RJ
Pros	Leônidas Cristino	CE	PT	Maria do Rosário	RS
Pros	Dr. Jorge Silva	ES	PT	Pedro Uczai	SC
Pros	Valtenir Pereira	MT	PT	Ana Perugini	SP
Pros	Beto Salame	PA	PT	Carlos Zarattini	SP
Pros	Miro Teixeira	RJ	PT	Paulo Teixeira	SP
Pros	Rafael Motta	RN	PTB	Jozi Rocha	AP
PSB	Fábio Garcia	MT	PTB	Arnon Bezerra	CE
PSB	Pastor Eurico	PE	PTB	Pedro Fernandes	MA
PSB	Átila Lira	PI	PTB	Wilson Filho	PB
PSB	Heráclito Fortes	PI	PTB	Paes Landim	PI
PSB	Glauber Braga	RJ	PTB	Alex Canziani	PR
PSB	Keiko Ota	SP	PTC	Brunny	MG
PSC	Raquel Muniz	MG	PTN	Bacelar	BA
PSC	Professor Victório Galli	MT	PV	Victor Mendes	MA
PSD	Atila Lins	AM	PV	Leandre	PR
PSD	Rogério Rosso	DF	PV	Evandro Gussi	SP
PSD	Diego Andrade	MG	SD	Laércio Oliveira	SE
PSD	Alexandre Serfiotis	RJ			
PSD	Felipe Bornier	RJ			
PSD	Danrlei de Deus Hinterholz	RS			
PSD	Ricardo Izar	SP			
PSD	Walter Ihoshi	SP			

LISTA DE SENADORES DA BANCADA DA EDUCAÇÃO (em ordem alfabética)

Senador	Partido	UF	Senador	Partido	UF
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB	SP	Lasier Martins	PDT	RS
Alvaro Dias	PSDB	PR	Lídice da Mata	PSB	BA
Ana Amélia	PP	RS	Lindbergh Farias	PT	RJ
Angela Portela	PT	RR	Maria do Carmo Alves	DEM	SE
Antonio Anastasia	PSDB	MG	Maria Regina Sousa	PT	PI
Antonio Carlos Valadares	PSB	SE	Marta Suplicy	S/PART.	SP
Ataídes Oliveira	PROS	TO	Otto Alencar	PSD	BA
Blairo Maggi	PR	MT	Paulo Paim	PT	RS
Ciro Nogueira	PP	PI	Raimundo Lira	PMDB	PB
Cristovam Buarque	PDT	DF	Randolfé Rodrigues	PSol	AP
Dalírio Beber	PSDB	SC	Ricardo Ferraço	PMDB	ES
Dário Elias Berger	PMDB	SC	Roberto Requião	PMDB	PR
Donizeti Nogueira	PT	TO	Roberto Rocha	PSB	MA
Douglas Cintra	PTB	PE	Romário	PSB	RJ
Eduardo Amorim	PSC	SE	Ronaldo Caiado	DEM	GO
Fátima Bezerra	PT	RN	Rose de Freitas	PMDB	ES
Fernando Bezerra Coelho	PSB	PE	Sandra Braga	PMDB	AM
Gladson Cameli	PP	AC	Simone Tebet	PMDB	MS
Hélio José da Silva Lima	PSD	DF	Tasso Jereissati	PSDB	CE
Humberto Costa	PT	PE	Telmário Mota	PDT	RR
Ivo Cassol	PP	RO	Walter Pinheiro	PT	BA
Jader Barbalho	PMDB	PA	Wilder Morais	DEM	GO
João Alberto de Souza	PMDB	MA	Zeze Perrella	PDT	MG
José Agripino	DEM	RN			

LISTA DE SENADORES DA BANCA DA DA EDUCAÇÃO (por partido)

Partido	Senador	UF	Partido	Senador	UF
DEM	Ronaldo Caiado	GO	PSB	Lídice da Mata	BA
DEM	Wilder Morais	GO	PSB	Roberto Rocha	MA
DEM	José Agripino	RN	PSB	Fernando Bezerra Coelho	PE
DEM	Maria do Carmo Alves	SE	PSB	Romário	RJ
PDT	Cristovam Buarque	DF	PSB	Antonio Carlos Valadares	SE
PDT	Zeze Perrella	MG	PSC	Eduardo Amorim	SE
PDT	Telmário Mota	RR	PSD	Otto Alencar	BA
PDT	Lasier Martins	RS	PSD	Hélio José da Silva Lima	DF
PMDB	Sandra Braga	AM	PSDB	Tasso Jereissati	CE
PMDB	Ricardo Ferraço	ES	PSDB	Antonio Anastasia	MG
PMDB	Rose de Freitas	ES	PSDB	Alvaro Dias	PR
PMDB	João Alberto de Souza	MA	PSDB	Dalírio Beber	SC
PMDB	Simone Tebet	MS	PSDB	Aloysio Nunes Ferreira	SP
PMDB	Jader Barbalho	PA	PSol	Randolfe Rodrigues	AP
PMDB	Raimundo Lira	PB	PT	Walter Pinheiro	BA
PMDB	Roberto Requião	PR	PT	Humberto Costa	PE
PMDB	Dário Elias Berger	SC	PT	Maria Regina Sousa	PI
PP	Gladson Cameli	AC	PT	Lindbergh Farias	RJ
PP	Ciro Nogueira	PI	PT	Fátima Bezerra	RN
PP	Ivo Cassol	RO	PT	Angela Portela	RR
PP	Ana Amélia	RS	PT	Paulo Paim	RS
PR	Blairo Maggi	MT	PT	Donizeti Nogueira	TO
PROS	Ataídes Oliveira	TO	PTB	Douglas Cintra	PE
			S/PART.	Marta Suplicy	SP

6.2 Questionário aplicado no Congresso Nacional



DEPARTAMENTO INTERSINDICAL
DE ASSESSORIA PARLAMENTAR

Pesquisa Diap sobre a Bancada da Educação no Congresso Nacional 2015

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) realiza no segundo semestre de 2015 uma pesquisa para conhecer a atuação dos parlamentares na área de educação no Congresso Nacional. Portanto, solicitamos que V. Exa. responda às perguntas presentes no questionário abaixo. Agradecemos mais uma vez a colaboração e ficamos à disposição no caso de dúvidas.

Atenciosamente,
Diap

QUESTIONÁRIO

1. Na opinião do/a senhor/a, qual das três modalidades de educação é considerada mais eficaz:

- a) A educação pública estatal.
- b) A educação privada com fins lucrativos.
- c) A educação comunitária ou filantrópica.

2. No caso de destinação ou alocação de recursos orçamentários, por meio de emendas para a área de educação, o/a senhor/a priorizaria:

- a) A educação pública estatal.
- b) A educação privada com fins lucrativos.
- c) A educação comunitária ou filantrópica.

3. Na opinião do/a senhor/a, qual seria o melhor modelo para a educação superior no Brasil:

- a) Por universidade pública e estatal, com professores concursados e ocupantes de cargo efetivo.
 - b) Por organização social credenciada, com professores contratados pela CLT.
 - c) Por universidades privadas sem fins lucrativos, com professores contratados pela CLT.
- Por universidades privadas, com fins lucrativos, com professores contratados pela CLT.

4. Na opinião do/a senhor/a, a política nacional de formação de profissionais da educação deveria priorizar:

- a) A implementação da Lei 11.738/08, que trata do piso salarial profissional nacional.
- b) A instituição de um plano de carreira do magistério em todos os estados.
- c) A instituição de avaliação dos profissionais da educação em todos os estados.
- d) A reforma curricular dos cursos de licenciatura e o estímulo à renovação pedagógica, com a valorização das práticas de ensino e dos estágios, conforme definido no PNE.

5. Na opinião do/a senhor/a, para ampliar o ingresso de alunos nas universidades os governos deveriam:

- a) Priorizar a abertura de vagas por meio do financiamento público, como o FIES.
- b) Priorizar a construção de novas universidades públicas.
- c) Priorizar a abertura de vagas por meio da renúncia fiscal, como o ProUni.

Projeto Gráfico

Esta publicação foi elaborada em 16 x 23 cm, com mancha gráfica de 13 x 18,5 cm, fonte Minion Pro Regular 11pt., papel off set LD 75g, 4/4 Cores, impressão offset, acabamento dobrado, encadernação colado quente.

Edição Impressa

Tiragem: 500 exemplares.
Gráfica e Editora Qualytá Ltda.
Junho de 2017.